



**Ana Luiza Valente Marins Drude de Lacerda**

**Entre América e Europa:  
Luiz Pinto de Souza Coutinho e a produção e circulação de  
conhecimento no final do século XVIII**

Monografia apresentada como  
exigência do Departamento de História  
da Pontifícia Universidade Católica do  
Rio de Janeiro para obtenção do título  
de Licenciada em História.

Orientadora: Heloísa Gesteira

Rio de Janeiro

Julho de 2020

**Dedico este trabalho a todos os cientistas brasileiros que, em meio a tantas adversidades, seguem produzindo conhecimento e lutando por um futuro melhor.**

## **Agradecimentos**

À minha orientadora, Professora Heloísa Gesteira, pelo apoio acadêmico, pelas excelentes e instigantes conversas, pela confiança em meu trabalho e pela amizade.

Ao Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST – RJ) e ao CNPq, pelos dois anos de pesquisa, pelos recursos disponibilizados e pelas oportunidades de discutir essa pesquisa.

À Biblioteca Pública Municipal do Porto, pelas fontes encontradas mesmo com uma pesquisa à distância.

Aos professores e equipe do Departamento de História da PUC Rio, em especial ao Claudio, pelo suporte acadêmico e longas conversas, ao Prof. João Duarte, pelas discussões em incontáveis disciplinas e por aceitar ser meu leitor crítico, e à Prof<sup>a</sup>. Iamara Viana, pela inspiração e enorme incentivo.

À Milena Farias, pelas aulas de paleografia, pelas discussões sobre ciência e pela amizade.

Aos amigos Jonathan Santos e Marcellus Zampier, por sempre me surpreenderem, por serem brilhantes, pelo apoio e pelo dia a dia.

Enfim aos meus pais, Luiz Drude de Lacerda e Rozane Valente Marins, e ao meu marido, Frederico Alves Torres, por proporcionarem as condições para essa licenciatura e por todo o resto.

## **Resumo:**

O processo de construção e consolidação da ciência moderna na segunda metade do século XVIII é composto por diferentes sujeitos, espacialidades e trocas, não sendo um processo isolado de outros aspectos da vida social, como a política, a economia e os interesses pessoais. A presente pesquisa analisa a trajetória de Luiz Pinto de Souza Coutinho entre 1769 e 1788, durante seu governo da capitania do Mato Grosso e sua estada em Londres enquanto representante diplomático da Legação Portuguesa. Nossa análise foca-se na produção de conhecimento científico sobre o Mato Grosso, bem como na rede de relações construída por Luiz Pinto, por meio da qual ele faz circular o conhecimento produzido, também elevando seu status perante a eclética comunidade científica do período. Assim, através da transcrição e análise de fontes manuscritas produzidas por Luiz Pinto, propomos que a utilização da categoria de agente intermediário e o foco na circulação do conhecimento para além de fronteiras imperiais nos auxiliam a compreender o processo de construção da ciência, evitando análises eurocentradas e difusionistas que tendem a invisibilizar tensões, espaços e sujeitos.

**Palavras Chave:** Luiz Pinto de Souza Coutinho; Mato Grosso; agente intermediário; século XVIII; História da Ciência.

## **Sumário**

1. Introdução	6
1.1. Pontos de Partida	8
1.2. Referencial Teórico	9
1.3. Considerações de Método	15
2. A produção de conhecimento: Luiz Pinto no Mato Grosso	17
3. A Circulação do Conhecimento: a rede de relações de Luiz Pinto	37
4. Conclusão	53
5. Referências Bibliográficas	58
6. Anexo	65

## Capítulo 1

### Introdução

A ciência moderna é objeto de investigações históricas, sobretudo no que tange a sua origem, suas raízes, sua consolidação. Nos deparamos muitas vezes com narrativas históricas que privilegiam o lugar e o contexto social, econômico e cultural da Europa entre os séculos XVI e XIX como lócus de seu surgimento, dando ênfase a atores individuais, ‘cientistas’, e a supostas particularidades do conhecimento e cognição das sociedades desse continente, em especial da Inglaterra e da França. Muitas vezes vemos reproduzido, sobretudo no conhecimento histórico escolar e nos meios de divulgação científica, uma ideia de que as especiais e particulares condições da Europa, combinadas à genialidades individuais e a um toque do acaso<sup>1</sup>, são os grandes responsáveis pelas descobertas científicas que embasaram a física, a química, a astronomia e biologia modernas.

Nesse movimento, encontramos um nascimento e construção da ciência no Velho Continente, graças à indivíduos especializados e raros, cuja expansão para o resto do mundo se dá apenas de forma posterior, atrasada. Ao privilegiar tal narrativa, acatamos pressupostos etnocêntricos e uma história difusionista da ciência, que facilmente dá espaço para que se veja outros espaços, como as Américas ou a África, como atrasados, ou até mesmo incapazes de desenvolver um conhecimento que seja considerado válido nesses moldes da ciência moderna eurocentrada, justamente por não se encaixarem nas ditas características ideais para seu desenvolvimento. Ainda, ao reproduzir essas narrativas, vemos os sujeitos do século XVII ou XVIII com as lentes da nossa atual especialização do conhecimento, imputando a eles uma disciplinarização que não possuíam, pois sequer existia ou estava ainda em vias de construção. Essas narrativas, então, auxiliam a construir uma visão, que se mantém nos dias de hoje, de uma ciência quase impossível, inacessível, restrita aos “gênios”, em geral branca, masculina e europeia. Perde-se assim a real riqueza do processo de construção das ciências, perdem-

---

<sup>1</sup> O caso mais famoso é a narrativa sobre Newton e a maçã. Um homem, que, por um toque do acaso, mudou radicalmente a ciência, graças a sua genialidade e as condições particulares da Inglaterra que o permitiam o ócio criativo. Essa é a mais caricata narrativa, mas podemos pensar também no caso de Antoine Lavoisier, considerado o pai da química moderna, que também tem suas descobertas constantemente associadas ao fato de ser de família burguesa, rica, e de ter tido, graças ao destino, a chance de conhecer um naturalista alemão, enquanto fazia faculdade de Direito, que o apresentou um princípio que instigou sua genialidade a realizar novas descobertas.

se os diferentes sujeitos envolvidos no processo, os variados espaços, os conhecimentos prévios, as violências e, sobretudo, as disputas no processo de construção de um consenso ou “verdade” científica.

Por isto, considera-se necessário abrir o debate e investigar a participação desses outros sujeitos, homens de estado, militares, indígenas, africanos ou quem quer que seja, dos outros espaços, a América, a África, as ilhas do Pacífico ou a Ásia, e dos diferentes objetivos, dominar, conquistar, ganhar privilégio, explorar, cultivar, representar e etc. É preciso, ainda, olhar a ciência não como uma esfera isolada das outras esferas da vida humana, mas como profundamente conectada as questões sociais, políticas, econômicas e culturais, sobretudo em seu momento de gestação e nascimento. Enxergar a ciência para além da ciência, a ciência para além do laboratório, portanto, permite não apenas que se traga uma maior riqueza para as narrativas de suas origens, mas também a torna mais próxima das sociedades, dos ambientes nos quais o conhecimento científico foi gestado, dando voz aos inúmeros e diversificados sujeitos, práticas e espaços envolvidos em sua construção, consolidação e reprodução.

O presente trabalho busca atuar justamente nesse espaço de reconstrução das narrativas sobre a ciência moderna. A partir da trajetória de um personagem específico, Luiz Pinto de Souza Coutinho, um homem de estado, administrador colonial que serviu na América portuguesa no cargo de governador do Mato Grosso (1769-1771) e, posteriormente, assumiu o posto de representante diplomático da legação portuguesa em Londres (1774-1788), a pesquisa busca entrelaçar os interesses estatais e pessoais com os processos de construção do conhecimento científico, refletindo sobre a rede de atores, circulação e produção de conhecimento que é construída para além das fronteiras das instituições científicas e das missões de demarcação estatais. No cenário dos últimos trinta anos do século XVIII, sob o auge das ideias iluministas, em pleno desenvolver das reformas pombalinas e às vésperas da Revolução Francesa, Luiz Pinto vem ao Mato Grosso, expulsa os jesuítas, destrói quilombos, manda notícias sobre a flora, a fauna, a localização dos rios e cachoeiras, mapeia as possibilidades de comércio, cria uma casa de fundição, escreve poemas, dá nome a uma espécie de planta, se comunica com naturalistas, vira diplomata em Londres, conhece astrônomos, encomenda instrumentos científicos, cai nas graças de Joseph Banks e entra para Royal Society. Tradicionalmente, porém, Luiz Pinto está gravado na historiografia por seu último cargo político, Ministro de Negócios Estrangeiros e da Guerra (1788-1801), e por sua leniência com os

revolucionários franceses, sendo assim, pouco notado como alguém que foi parte da construção da ciência moderna. A presente pesquisa, portanto, buscará conhecer o outro lado da trajetória desse importante personagem privilegiando a análise de sua produção de conhecimento e da rede de circulação de conhecimento da qual faz parte.

### **1.1 Pontos de Partida**

A pesquisa aqui proposta gira em torno de uma questão central: Como a trajetória de Luiz Pinto de Souza Coutinho entre 1769 e 1788 nos ajuda a analisar e entender a construção e circulação do conhecimento sobre a natureza americana na segunda metade do século XVIII?

Há alguns pressupostos dentro da própria pergunta feita que serão essenciais para compreender a trajetória de Sousa Coutinho e a rede de produção e circulação de conhecimento no século XVIII, que são: a noção de conhecimento com a qual trabalharemos; que a ciência não é um aspecto isolado das outras esferas da vida social; e que a ciência não é fruto de um particularismo europeu e que seu desenvolvimento depende de outros espaços, como a América. Esses pressupostos, como observaremos mais adiante, auxiliam a compreensão do conhecimento como profundamente conectado com questões políticas, econômicas e sociais, além de permitirem abordagens que tratam da circulação do conhecimento, pois, mesmo considerando-se o forte fator do Império Português, as conexões de Luiz Pinto ultrapassam os constrangimentos geográficos e estatais.

Nosso objetivo geral é então analisar a trajetória de Luiz Pinto a partir do olhar sobre o conhecimento por ele produzido, bem como das redes a qual pertence, sobretudo no que tange a sua posição de agente intermediário, ou seja, alguém capaz de traduzir mundos e pôr em contato diferentes sujeitos e culturas, agindo muitas vezes para benefício próprio. Os objetivos específicos a serem seguidos são: exploração teórica sobre a ciência no final do século XVIII, sobre a construção dessa ciência e seu lugar no mundo social e sobre a categoria de agentes intermediários; análise das fontes produzidas por Luiz Pinto de Souza Coutinho referentes ao período do governo da capitania do Mato Grosso, em especial o ofício que trata da viagem exploratória que faz ao chegar no Mato Grosso e suas correspondências com o naturalista Domenico Vandelli; a partir dessas fontes, entender como, para quem e porque Luiz Pinto produz conhecimento e faz o circular; análise das fontes referentes ao período londrino, sobretudo suas trocas com o astrônomo João Jacinto de Magalhães; reflexão sobre a aplicabilidade da categoria de

agente intermediário durante o período londrino; análise final de sua trajetória como um todo, observando seus ganhos pessoais e sua crescente posição e status.

O argumento central do presente trabalho, portanto, ancorado na compreensão de ciência que será expressa por nossas referências teóricas, é que Luiz Pinto de Souza Coutinho produz conhecimento científico em seus relatos de viagem, com o objetivo principal de auxiliar o domínio e exploração dos territórios americanos, mas atua também, em diferentes momentos, como um agente intermediário que faz parte de uma rede de circulação de conhecimento que vai além do estado português e envolve também objetivos pessoais.

## 1.2 Referencial Teórico

Para valorizar e entender a trajetória de Luiz Pinto e seu papel na construção e circulação de conhecimento é necessário romper com uma visão da ciência que desconsidera atores não cientistas ou que desconsidera o mundo colonial de sua análise, sobretudo aqueles que carecem de instituições tipicamente científicas. Essas visões acabam por se tornarem extremamente restritivas e pouco ricas em atores, conflitos, objetivos, práticas e espaços. Para entender o papel de Luiz Pinto, portanto, assim como o papel de diversos outros personagens semelhantes a eles, é necessário abrir esse entendimento de ciência e partir de abordagens mais críticas e plurais do que é a ciência, o conhecimento, sua construção e circulação. É preciso sobretudo, observar que “a ciência experimental em um contexto colonial, assim como em todos os outros, não foi praticada em um vácuo social.” (SAFIER, 2008, p.8). Nesse sentido, alguns autores trazem contribuições interessantes, ainda que cada um tenha seus limites, conforme apontaremos mais adiante por meio do próprio desenvolvimento da análise.

Alguns estudos foram importantes para a renovação das pesquisas sobre as práticas científicas e seus processos de acumulação e circulação. A obra de Bruno Latour “Ciência em Ação” de 1997, em especial em seu capítulo “Centrais de Cálculo” traz uma contribuição importante. Inicialmente, sua concepção de conhecimento traduz o que observaremos na análise das fontes aqui trabalhadas:

Como vemos, o que se chama de “conhecimento” não pode ser definido sem que se entenda o que significa a aquisição do conhecimento. Em outras palavras, “conhecimento” não é algo que possa ser descrito por si mesmo ou por oposição a “ignorância” ou “crença”, mas apenas por meio do exame de todo um ciclo de acumulação: como trazer as coisas de volta a um lugar para que alguém as veja pela primeira vez e outros possam ser enviados para trazer mais coisas de volta. [...] A cada volta desse ciclo de acumulação, mais elementos vão sendo reunidos no centro; a cada

volta, cresce a assimetria entre os estrangeiros e os nativos, terminando hoje em alguma coisa que de fato se parece com um Grande Divisor, ou pelo menos com uma relação desproporcional entre os que estão equipados com satélites capazes de detectar “locais” em mapas de computador [...] e os que nem sequer veem os satélites a passar-lhes por cima da cabeça.” (LATOUR, 1997, p.357-358).

Latour nos apresenta uma visão do conhecimento na qual seria impossível a existência do próprio sem que houvesse trocas, deslocamentos e acumulações. Há assim uma importante questão em jogo, que é justamente o que é e como é possível existir essa ciência moderna. Latour traz uma ideia de que a ciência, formada por todas essas descobertas feitas nos laboratórios, nos museus de História Natural, nos jardins botânicos e nas universidades, são possíveis porque os viajantes, os exploradores e os funcionários enviados mundo afora, levam para o centro, para as metrópoles europeias os lugares que visitaram por meio de um conjunto de estratégias. Esses personagens, tal como Luiz Pinto, trazem para casa os acontecimentos, lugares e pessoas distantes inventando meios, instrumentos, ferramentas, transportes, instituições e o que mais seja necessário, que os tornem “móveis” e que os mantenham “estáveis” para que possam ser trazidos e levados sem distorções, decomposição ou deterioração e que sejam combináveis de tal modo que, seja qual for a matéria de que são feitos, possam ser acumulados, agregados ou embaralhados, permitindo, no centro, uma visão do todo (LATOUR, 1997). Tais argumentos nos auxiliam a entender essa ciência europeia moderna, que não apenas não existiria sem esses mundos distantes, tal qual o Mato Grosso, mas que também só existe porque esses mundos desconhecidos se tornam conhecidos por meio desses instrumentos de acumulação. O que Latour vai chamar então de revolução copernicana vem justamente dessa capacidade que o aparato institucional dos Impérios europeus, por meio de expedições, observatórios, museus, laboratórios, pesquisas, instrumentos e códigos tem de trazer para si o desconhecido e dominá-lo sem ter que necessariamente ir até ele.

Ao mesmo tempo, temos também uma questão não de como é construída, mas o que é e para que serve essa ciência em construção no século XVIII. Nesse sentido, os argumentos apresentados por esse Ernest Cassirer em “A Filosofia do Iluminismo” (1997) nos ajudam a compreender o que é a ciência naquele período, uma ciência que difere tanto dos dias atuais quanto do momento de formação anterior. Ainda que apresente uma análise bastante eurocentrada, focando-se nos ‘grandes pensadores’ do Iluminismo, seus argumentos permitem que seja possível o diálogo com as outras esferas da vida social, com outras práticas, sujeitos e objetivos. Cassirer então contrasta um “espírito de sistema”, próprio da filosofia e da ciência dos séculos XVI e XVII com o “espírito

sistemático”, característico do XVIII. Tal distinção, se coloca no sentido de que se passa de uma busca pela essência das coisas e pela formulação de grandes princípios a partir de um regime filosófico de contemplação para uma filosofia mais prática, ou seja, um abandono dessa busca por essências em prol da descoberta dos funcionamentos e utilidades (CASSIRER, 1997). Assim, pode-se pensar, portanto, que a produção de conhecimento no século XVIII volta-se para a compreensão do funcionamento e dos usos tanto da natureza quanto das tecnologias, sendo então uma ciência que busca o empirismo em detrimento à contemplação. Em ressonância com essa perspectiva de Cassirer, afirma Lorelai Kury: “Novos museus, jardins botânicos e coleções tomaram o lugar dos gabinetes de curiosidades e dos jardins consagrados exclusivamente ao deleite aristocrático. A defesa da utilidade dos estudos da natureza transformou-se então em lugar comum” (KURY, 2004, p.110). Essa visão utilitarista da ciência se estende ainda a outros ramos do conhecimento em um processo mais amplo de racionalização da vida social próprio desse período identificado como Iluminismo, quando se opera

um conjunto de transformações na esfera das sociabilidades e da circulação de textos impressos, bem como uma reunião de práticas administrativas, executadas, em geral, pelo Estado e visando racionalizar o funcionamento da sociedade, conhecer e controlar as populações, a produção, os fluxos e os usos das mercadorias. (KURY, 2004, p.11 apud Chartier, 1990)

Partindo da conexão necessária entre centro e os mais longínquos territórios feita por Latour e dessa caracterização de uma ciência instrumental e empirista de Cassirer, para o desenvolvimento da presente pesquisa foram de extrema relevância dos trabalhos de Kapil Raj, “Relocating Modern Science” (2007) e “Beyond Postcolonialism... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science” (2013). Antes de entrarmos nas posições de Raj propriamente ditas que embasam o presente trabalho, vale resgatar os questionamentos por ele apontados que trazem tanto a visão de um particularismo europeu na origem dessa ciência quanto a visão difusionista sobre a circulação e universalização dela. Dentre esses autores, que por muito tempo embasaram as pesquisas no campo da História da Ciência, encontramos os argumentos de Joseph Needham, para quem a ciência moderna seria “unicamente ocidental em sua origem” mas “culturalmente universal”, pois sua condição de possibilidade, a emergência da racionalidade matemática, teria resultado de fenômenos exclusivamente europeus, a emergência do capitalismo mercantil e industrial, e, portanto, sendo essa racionalidade acessível a todos os seres humanos, poderia então se difundir universalmente (RAJ, 2013, p.338 apud NEEDHAM, 1969).

Já George Basalla, também assumindo como premissa a origem europeia das ciências, foca-se nas etapas de um progresso científico, onde as sociedades coloniais, não-científicas, funcionam apenas como um receptor de conhecimento, dependendo de um posterior incentivo de instituições europeias para, baseados na mesma epistemologia europeia, eventualmente desenvolverem suas próprias instituições e conhecimento (RAJ, 2013, p.338 apud BASALLA, 1967). Pautados por esses referenciais, mesmo a historiografia produzida fora da Europa no mundo pós-colonial tendeu por um longo período a focar-se nos processos de recepção dessa ciência europeia ou em explicar como as estruturas políticas, sociais e econômicas de suas regiões foram obstáculos para o desenvolvimento da ciência. Nesse último caso, exemplos da História da Ciência brasileira abundam, com argumentos que variam desde a questão da censura portuguesa à publicações científicas sobre a América e o sistema de mercês reais (RAMINELLI, 2008) até argumentos mais sociológicos como o clássico de Simon Schwartzman, publicado pela primeira vez em 1979 e hoje reeditado com novos argumentos, que conectava a escassez de uma tradição científica nacional a uma escassez de tradição liberal e democrática (SCHWARTZMAN, 2001). Todas essas análises tem em comum, porém, a mesma crença, que é a de que a ciência seria uma incorporação, neutra e imparcial, dos etéreos valores da racionalidade e da verdade, sendo, por si só, um marcador de civilização, o que então resultaria em um dilema, que mais parece uma competição sem solução, entre quem de fato é responsável pela origem da ciência (RAJ, 2013, p.340).

Um caminho para destruir esse difícil dilema seria então apresentado pelos pós-coloniais, que, inspirados por Foucault ou Said, questionam a moralidade, a verdade e a racionalidade dessa ciência, apresentando-a, por outro lado, como a grande narrativa do poder ocidental, através da qual esse Ocidente subjuguou o Outro, sendo, portanto, a ciência colonial nada mais do que uma imitação do que esse Eu europeu produziu (RAJ, 2013) Porém, ainda que essa seja a saída pela qual muitos optam, em uma reação, extremamente válida, contra a opressão colonial europeia a qual de fato se utilizou dessa ciência para dominar e violentar, Raj vai apontar que adotar essa posição significa continuar adotando a visão de uma ciência unitária, homogênea, que emana desse centro europeu e se difunde no mundo colonial. Um segundo caminho, o qual Raj identifica com o pós-positivismo, que estaria aqui ligado, por exemplo, ao trabalho de Bruno Latour, apresentaria uma enorme desconstrução da ciência moderna, não para apontar suas raízes na dominação e poder europeu como os anteriores, mas para mostrar que ela não é um

amplo quadro de descobertas e paradigmas e sim construções, manutenções e reconfigurações do conhecimento, focando-se em seus aspectos materiais, instrumentais, práticos, políticos e cognitivos (RAJ, 2013, P.341). Essas abordagens, que, na historiografia, tendem a focar-se nos estudos de caso, tem conseguido mostrar o quanto a pesquisa científica é historicamente e geograficamente situada, revelando principalmente o papel da materialidade, da contingência, do pragmatismo e do nível local na produção do conhecimento científico. A partir dessa visão, a circulação do conhecimento seria também tão contingente quanto sua produção, disseminando-se em complexões processos de acomodação e negociação (idem).

A pesquisa aqui apresentada, vale ressaltar, não abandona totalmente essas duas visões, pós-colonial e pós-positivista, apresentadas por Raj, reconhecendo que a permanência de dicotomias como colonial/metropolitano, aqui empregada em diversos momentos, pode ser ainda problemática. No presente trabalho, a visão da ciência como um instrumento de dominação e exploração colonial não é então negada, bem como não rejeitamos o olhar para o detalhe, para o pragmatismo e para os aspectos materiais da produção de conhecimento. Ainda assim, buscamos aqui adotar a proposta de Raj para reconciliar essas abordagens, focando primordialmente no *movimento*, reconhecendo a *centralidade da circulação* para as ciências e sua história (RAJ, 2013, p.342). Portanto, a abordagem que apresentaremos no presente trabalho, vai pensar a ciência como algo que não está restrito a um grupo especializado de indivíduos dentro de uma disciplina nem a um centro europeu, que simplesmente recolhe informações nas colônias, nem que se refere apenas a uma produção laboratorial ou a um tipo único de divulgação e avanço científico. É uma visão da ciência que a observa em suas complexas relações com a sociedade, o estado, a economia e a cultura, referindo-se também ao uso de instrumentos, desenvolvimento de técnicas, serviços e burocracias, nos diferentes espaços e áreas do conhecimento, focando-se, principalmente nos encontros, na zona de contato entre esses diferentes elementos (RAJ, 2007, p.10). É, portanto, uma visão da ciência, e conseqüentemente da construção da modernidade, não como “simples emanações de um centro pré-existente, mas como resultado de uma complexa saga de colisões, compromissos e aproximações” entre as diferentes regiões do mundo, as diferentes formas de saber, os diferentes sujeitos e as diferentes esferas da vida social (RAJ, 2007, p.7). Como resultado desse ponto de partida, assumimos aqui a validade do mosaico teórico construído onde a empiria e o interesse instrumental próprios da ciência setecentista dialogam com uma visão de ciência que abarca a administração colonial, as

demarcações territoriais, as formas de sociabilidade e a questão do prestígio, o comércio, a materialidade dos instrumentos e a construção do conhecimento pela acumulação, mas que se foca não em como cada um desses aspectos contribui para a construção da ciência moderna e sim em como o movimento de um sujeito específico os operacionaliza, acionando-os a fazer parte desse processo de construção.

Partindo então dessa visão “ecclética” da ciência para a construção de um mundo em conexão chego ao terceiro ponto conceitual e contextual necessário, que seria a opção pela análise, em alguns momentos, de um sujeito como Luiz Pinto de Souza Coutinho dentro da categoria de agente intermediário, ainda que ele não seja um exemplo ideal, pois age muitas vezes plenamente como um agente do estado (RAJ, 2007, p.12; SCHAFFER et al, 2009). Conforme apontado por Robert Liss (2009), o agente intermediário, ou *go-between*, se coloca como um indivíduo que age como “um tradutor entre dois ou mais mundos, sendo diversas vezes instrumentais em definir, objetivar e manter os limites desejados entre esses mundos, influenciando as dinâmicas de poder em jogo e as vezes explorando suas posições para benefício próprio” (LISS, 2009, p.xv). Logo, a categoria de agente intermediário, aqui proposta para analisar alguns momentos da trajetória de Luiz Pinto de Souza Coutinho, se apresenta como uma categoria que lida com a ideia de circularidade da produção do conhecimento através de agentes que são capazes de traduzir mundos e que não são apenas viajantes, sujeitos meramente de passagem, mas que vivenciam as experiências de um diferente mundo por um período mais alargado sem deixar de estarem à serviço de outros, portanto colocando o mundo ao qual servem e no qual vivem em diálogo, por meio da produção de conhecimento.

Em coletânea dedicada a discutir uma pluralidade de agentes intermediários no processo de construção de conhecimento, os autores de “The Brokered World”, ao utilizarem um conceito que lida com a ideia de circularidade da produção do conhecimento através de agentes que constroem e afetam relações de poder que muitas vezes agem segundo seus próprios interesses trazem novidades para as análises da história socioeconômica, da cultura e da ciência. Afirmam os autores que “uma das importantes consequências do estudo detalhados das trajetórias dos agentes intermediários é uma mudança no mapa do conhecimento e técnica no período da Revolução Industrial”, o que estaria de pleno acordo com os deslocamentos propostos acima sobre a ciência do XVIII (LISS, 2009, p.xxi). Por fim, um estudo desses agentes intermediários ataca questões fundamentais sobre as transformações científicas do final do XVIII e início do XIX, esclarecendo o papel necessário desses mediadores para tais transformações, e exibindo,

nessas trajetórias, como caminhos, técnicas e conhecimentos aparentemente estáticos podiam ser criativamente rompidos, manipulados e adaptados para tornarem-se efetivos em diferentes espaços e culturas.

A partir das importantes obras acima mencionados fundamentamos nossa escolha de analisar a trajetória de Luiz Pinto, uma análise que só se torna útil quando enxergamos a ciência em movimento e de uma forma mais ampla, conectada à política, à cultura, à sociedade e à economia e concebida nas conexões e redes entre América e Europa, com objetivos e agendas diversas. Temos, assim, um panorama do que é, para que serve, quem faz e qual o lugar da ciência no final do século XVIII: é uma ciência instrumental, baseada na empiria, fruto do conhecer o desconhecido por meio da acumulação e mobilidade das informações, empreendida por sujeitos provenientes das mais diferentes origens, homens de estado, militares, indígenas, elites locais e muitos outros, e envolvidos nas mais diferentes práticas e objetivos, desde a própria curiosidade de conhecer e colecionar até a dominação territorial e o lucro do comércio, e que está profundamente conectada com todas as transformações sociais do momento em questão, sendo influenciada e influenciando uma série de outros eventos e mudanças da história humana.

A partir desse olhar, então, será possível, junto à análise das fontes, enxergar o papel de Luiz Pinto de Souza Coutinho, que, vale ressaltar, não é o único personagem a desempenhar esse papel, na construção e circulação de conhecimento no século XVIII, fazendo parte do amplo processo de desenvolvimento da ciência moderna.

### **1.3 Considerações de Método**

Encontrando-se dentro do campo da História da Ciência e incorporando reflexões teóricas provenientes tanto desse campo quanto da História Intelectual, o presente trabalho se baseia na transcrição e análise de fontes primárias e na leitura e discussão de literatura sobre a ciência, a circulação de conhecimento, o Império Português na América e os agentes intermediários no final do século XVIII. As fontes aqui trabalhadas provem, além daquelas já previamente transcritas e disponíveis em outras referências bibliográficas consultadas, dos seguintes arquivos: Arquivo Histórico Ultramarino, disponibilizado online através do Projeto Resgate Barão do Rio Branco; Arquivos da Royal Society, disponíveis online no site da instituição; e Biblioteca Pública Municipal do Porto, arquivos físicos digitalizados e recebidos diretamente.

A\ seguir exploraremos o primeiro período da trajetória de Luiz Pinto de Souza Coutinho, o governo da capitania do Mato Grosso, trabalhando um ofício proveniente do

Arquivo Histórico Ultramarino e recuperando neste documento aspectos da produção de conhecimento remetida para a Coroa Portuguesa, observando mais de perto o caráter instrumental dessa ciência do final do XVIII, voltada para o domínio e exploração dos territórios coloniais. Mais adiante, no terceiro capítulo, exploraremos a rede de relações construída por Luiz Pinto, através da qual ele ao disponibilizar e transmitir as informações coletadas durante sua estadia no Mato Grosso, conquista prestígio nos círculos científicos, configurando-se enquanto um agente intermediário. Para tal, analisaremos tanto fontes ainda do Mato Grosso quanto fontes do período londrino. Por fim, no quarto capítulo, recorreremos a veia poética de Luiz Pinto para então retornarmos a alguns elementos já trabalhados e trazer algumas considerações finais, apontando para aquilo que ainda precisa ser trabalhado, que é o terceiro momento da trajetória de Luiz Pinto, como Ministro de Negócios Estrangeiros e da Guerra.

## Capítulo 2

### A produção de conhecimento: Luiz Pinto no Mato Grosso

*Convidar-te a habitar comigo os reinos*

*Que cortando as províncias Peruvianas*

*Terminam o Brasil fecundo e rico.*

*- Filha da Temperança e Mãe do Gosto, Luiz Pinto de Souza Coutinho, s.d.*

Entendendo a produção de conhecimento como historicamente e geograficamente determinada, observaremos no presente capítulo como Luiz Pinto de Souza Coutinho ao coletar informações sobre o Mato Grosso e remeter os dados para o Conselho Ultramarino, nos revela como a produção de conhecimento sobre a região estava fortemente associada a um projeto de manutenção do controle imperial dos territórios americanos cujas fronteiras, naquele momento, eram ainda bastante incertas (CAMPOS, 2015). No caso do Mato Grosso, a fronteira entre os impérios português e espanhol era vista pelo estado português “como uma barreira de proteção ao avanço hispânico: um antemural” (CAMPOS, 2015, p.37). Sendo assim, antes de explorarmos o governo de Luiz Pinto propriamente dito, vale nos determos brevemente na capitania do Mato Grosso, trazendo à luz elementos que nos ajudam a entender a escolha de Luiz Pinto para tal posto.

A capitania do Mato Grosso, criada em 1748 para além dos territórios portugueses, segundo definia ainda Tordesilhas, surge na dinâmica imperial portuguesa como um espaço de fronteira, um espaço em disputa e um espaço de ampla exploração de recursos naturais. Sua delimitação enquanto tal, não é fruto de uma definição aleatória de limites, mas resulta de uma já existente exploração portuguesa na região de Cuiabá, denominada em 1727 de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, após descoberta e início da exploração de ouro em 1719 por sertanistas vindos da comarca de São Paulo, lembrando aqui que as minas de Cuiabá inicialmente eram administradas pela capitania de São Paulo (FERNANDES, 2015). Segundo aponta Canova, “Em Cuiabá, no ano de 1727, havia dois mil e seiscentos negros e índios labutando nas lavras de ouro.” (2011, p.39). Seguindo-se o aumento do fluxo de pessoas na região, a expansão da descoberta de ouro e a criação de novas minas entre 1734 e 1740 na região do rio Guaporé, a nova área passa a ser conhecida como Mato Grosso, área essa que, somada a repartição do Cuiabá, separa-se enfim da capitania de São Paulo e é fundada enquanto capitania em 1748, sendo

delimitada “ao norte com as capitanias do Estado do Grão Pará e Maranhão, a oeste com as missões jesuíticas espanholas de Moxos e Chiquitos, a leste e ao sul com o Rio Paraguai” (CANOVA, 2011, p.33).

Em 1752, o primeiro governador e capitão geral do Mato Grosso, Dom Antônio Rolim de Moura funda Vila Bela da Santíssima Trindade, nova sede do governo da capitania, localizada na margem direita do rio Guaporé. “Capitania fronteira-mineira”, conforme sugere Nauk Maria Jesus (2011, p.94), o Mato Grosso nasce, portanto, como uma região de fronteira e tensões entre o domínio espanhol e português, entre aldeias e missões, entre minas e rios, povoado por indígenas e negros escravizados, portugueses e espanhóis, jesuítas, sertanistas e administradores coloniais. Mesmo com o Tratado de Madrid de 1750 concedendo oficialmente a posse da região à coroa portuguesa a capitania não deixa de ser um espaço de conflitos, tornando-se então alvo de constantes conflitos entre espanhóis e portugueses e, mais ainda, entre povos indígenas e colonizadores, tanto espanhóis quanto portugueses, e, mais tarde entre quilombolas e administradores coloniais.

É importante notar que, enquanto território em fase de conquista, ou seja, enquanto um espaço que se transforma e se define por vias da ação humana buscando a definição artificial de limites, certas técnicas e usos da ciência tornam-se estratégicas não apenas para a manutenção da posse daquele espaço, mas também para a expansão da exploração dele. O território, onde “os homens dilatam as suas conquistas, apropriam-se do espaço, percorrendo-o, conhecendo-o, e mapeando-o” é essencial para a domínio e manutenção de uma região colonial, e a instrumentalização desse território requer ofícios especializados e uma produção cartográfica mínima, para que se desbrave os “sertões”, que se conquiste-os, que se expanda as fronteiras e se controle a natureza e as populações nativas, elementos doutra forma inapreensíveis (BUENO, 2004, p.229). Conforme observamos anteriormente, é também necessário que se pinte o cenário da distante região colonial de forma clara o suficiente para a metrópole, o que supõe uma necessidade de que os administradores coloniais e aqueles enviados a essas regiões possuam um algum conhecimento das técnicas de coleta dos “móveis imutáveis”, ou seja, daqueles elementos que possuem a capacidade de “fixar” o conhecimento extraído da exploração desse distante local e leva-lo para longe do seu ponto de origem, para a metrópole (LATOUR, 1997).

Entre ciência e burocracia, entre geopolítica e administração, entre conhecimento e domínio, portanto, não havia claras fronteiras, fundindo-se técnicas, indivíduos e

conhecimentos em um esforço conjunto do Império para conhecer e dominar. Assim, não apenas as fronteiras entre domínios científicos eram difusas, mas também o objeto de estudo e ação dos homens de estado e da ciência, revelando que “em alguns casos, os cientistas acabaram por produzir discursos administrativos e, em contrapartida, os funcionários sistematizaram informação de natureza científica” (DOMINGUES, 2001, p. 825). No caso do Mato Grosso, sendo “uma das mais extensas fronteiras geográficas da Colônia, balizada pelo Rio Guaporé, tributário do Amazonas e pelo Rio Paraguai, importante formador da maior planície inundável do planeta [...] uma região rica em águas doces e possuidora de mais de quinhentas léguas de fronteira” era requerido que esses funcionários possuíssem também significativos conhecimentos das artes da guerra, e, assim, além de ser necessário que fossem capazes de produzir conhecimento sobre a região, os governadores apontados pelo Conselho Ultramarino não poderiam ser inexperientes ou desconhecedores dos assuntos militares (CANOVA, 2011, p.46).

Nessa mistura de tarefas, o que se observava era que “o esforço de conhecer o espaço e a tensão político-diplomática confundia-se enquanto estímulo imediato à atividade científica de que o Brasil era objeto” o que levou então a Coroa portuguesa a escolher os administradores coloniais de forma a atender tais objetivos, valorizando indivíduos que possuíssem conhecimento da matemática, das geografia, da cartografia, da geopolítica e, principalmente, das artes da guerra (DOMINGUES, 2001, p.824). Portanto, observaremos a seguir a nomeação dos três primeiros governadores da capitania do Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura (1751- 1765), João Pedro da Câmara Coutinho (1765-1769) e Luiz Pinto de Souza Coutinho (1769-1772), três governadores com perfis um tanto similares e igualmente difusos no que tange aos esforços de conhecer o espaço, dominar a tensão geopolítica e explorar os recursos naturais, sendo Luiz Pinto de Souza Coutinho aquele que mais profundamente se engajou na produção de conhecimento científico. Veremos, assim, que Luiz Pinto de Souza Coutinho não é o primeiro governador “dotado de formação cosmopolita ilustrada” nomeado para comandar o Mato Grosso, nem tampouco o primeiro conhecedor das artes militares, ainda que sua administração apresente um volume de produção de conhecimento bem maior e que vai além dos limites imperiais, como observaremos mais adiante, e que sua rede de relações no mundo da ciência seja um fator peculiar, conforme veremos no capítulo seguinte (DOMINGUES, 2001, p.824). Vale nos determos brevemente nos perfis de seus antecessores para compreendermos que Luiz Pinto agia, até certo ponto, de acordo com um roteiro já conhecido, mesmo que suas relações pessoais tenham o levado além – ou

para caminhos diferentes - de seus predecessores, em termos de cargos e produção de conhecimento.

Conforme mencionamos, o primeiro governador apontado, responsável pela fundação de Vila Bela, foi Antônio Rolim de Moura. Conhecido por tornar-se, posteriormente, Conde de Azambuja, Moura, vindo de uma família nobre, foi “Aplicado nos Filósofos, leitor dos escritos bíblicos e teológicos, das Matemáticas puras, Ciências e Artes mais úteis. E ainda, estudou os princípios da Mecânica, Estática, Hidráulica, Marinha, Pilotagem e Fortificação. Era aplicado às leituras da História Universal e da História de Portugal e se aperfeiçoara na arte da Retórica” (CANOVA, 2008, p.80). Enquanto primeiro governador, encarregado de estabelecer uma capital e de estimular em certa maneira o desenvolvimento da região, Rolim de Moura durante seu governo supervisionou a construção de casas, roças, engenhos de farinha de milho, mandioca, açúcar e aguardente, a criação de bovinos e carneiros, o crescimento da população e a chegada, por via fluvial, principalmente na rota Madeira-Mamoré-Guaporé, de outros gêneros alimentícios e escravizados (CANOVA, 2008). Loiva Canova, em artigo sobre administração de Rolim de Moura, afirma:

Rolim de Moura foi um dos responsáveis pela demarcação da fronteira amazônica, estimulou a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e foi um dos executores das políticas que redesenharam a fronteira Oeste da Amazônia. É nesse contexto de enfrentamento como administrador de extensa área do extremo oeste colonial e chefe da comissão portuguesa de limites com os territórios espanhóis que Rolim de Moura governou o Mato Grosso. Antônio Rolim de Moura foi cuidadosamente escolhido. Homem culto, gozando de prestígio junto à administração portuguesa pelos laços de parentesco com a casa de Bragança, serviu com presteza às ordens da rainha de Portugal, em margens bastante dilatadas do império português. (2008, p.75)

Azambuja teve ainda importante papel na execução das ordens de expulsão dos jesuítas e no enfrentamento aos sacerdotes resistentes, bem como na defesa da região contra espanhóis e missões que ainda se encontravam em seu solo. É necessário ressaltar que, apesar de haver muitas semelhanças entre os perfis dos governadores, no caso de Rolim de Moura, a profundidade da produção de conhecimento sobre o Mato Grosso não se compara ao que veremos com Luiz Pinto: durante seu governo, de acordo com a lista de documentos presente no Arquivo Histórico Ultramarino, encontramos relatos de viagem que seguem um formato pouco descritivo, sem informar dados factuais como latitudes e longitudes ou vazões de rios e sem indicar qualquer uso de instrumentos

científicos<sup>2</sup>. Ainda, próprio do momento em que assume a capitania, Rolim de Moura foca-se mais fortemente na questão das demarcações de limites com o território espanhol, sobretudo durante a década de 1750, o que é em realizado por outros sujeitos envolvidos nas missões de demarcação<sup>3</sup> e apenas encaminhada por ele à corte<sup>4</sup>.

Após o mandato de Antônio Rolim de Moura, cujo título, ao fim deste, já era de Conde de Azambuja, um novo governador e capitão general assume a capitania entre janeiro de 1765 e janeiro de 1769, João Pedro da Câmara Coutinho. Sobre Câmara Coutinho, poucas informações biográficas, de maneira oposta a seu antecessor, foram encontradas. Câmara possuía título de Tenente Coronel, o que novamente nos indica a necessidade militar que possuía o Mato Grosso, por ser uma capitania fronteiriça e por se encontrar, nesse período, em um processo de conflito com missões jesuíticas dadas as ordens de sua expulsão da colônia. Enquanto militar, observamos em suas correspondências no Arquivo Histórico do Conselho Ultramarino a questão da construção da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição<sup>5</sup>, a notícia de ataques espanhóis<sup>6</sup>, além de relatos de viagem<sup>7</sup>, sobretudo do trajeto entre o Grão Pará e Vila Bela, e ofícios relatando o estado da capitania, sua população, dívidas, tropas e munições<sup>8</sup>. A partir dos ofícios que João Pedro da Câmara Coutinho remete ao Conselho Ultramarino, portanto, fica bastante claro seu amplo foco nas questões militares de defesa da região e preparação para qualquer ataque que pudesse haver por parte dos espanhóis. Apesar de seu mandato ter se estendido até 1769, a nomeação de Luiz Pinto de Souza Coutinho, seu sucessor, ocorre em 1767, e já em 1768 encontramos ofícios sobre a região assinados por ele, sendo bastante escassos os ofícios de João Pedro da Câmara. Câmara deixa ao seu sucessor as

---

<sup>2</sup> OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Antônio Rolim de Moura Tavares ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real em que dá notícias sobre o estado atual da capitania e sobre a sua viagem desde Araraguaba até Vila de Cuiabá. Anexo: 2º AHU\_CU\_010, Cx. 6, D. 361

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Antônio Rolim de Moura Tavares ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real sobre a expedição que fez até o rio Paraguai, a fundação de Vila Bela e a conveniência em se fundar povoação perto da missão castelhana de São Rafael, e a importância de uma fortaleza no rio Guaporé. AHU\_CU\_010, Cx. 6, D. 381

<sup>3</sup>OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Antônio Rolim de Moura Tavares ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real sobre a delimitação dos limites e a necessidade da capitania ser socorrida pelo Grão Pará, não só com gente, mas ainda com artilharia e as mais armas. Anexo: 5 doc. e 2º vias AHU\_CU\_010, Cx. 9, D. 534

<sup>4</sup> Para mais detalhes sobre seu governo ver: CANOVA, Loiva. Antônio Rolim de Moura: Um Ilustrado na Capitania de Mato Grosso. *Coletâneas do nosso tempo*, v.8, n.8, 2008, p.75-86.

<sup>5</sup>AHU\_CU\_010, Cx. 12, D. 732/AHU\_CU\_010, Cx. 13, D. 756/AHU\_CU\_010, Cx. 13, D. 756

<sup>6</sup>AHU\_CU\_010, Cx 12, D. 751

<sup>7</sup>AHU\_CU\_010, Cx. 12, D. 731/ AHU\_CU\_010, Cx. 12, D. 734/ AHU\_CU\_010, Cx. 12, D. 736 /AHU\_CU\_010, Cx 12, D. 741

<sup>8</sup> AHU\_CU\_010, Cx 12, D. 746

informações coletadas em seu primeiro ano de mandato, tendo sido logo em seguida acometido de doença e solicitado seu retorno à Portugal.<sup>9</sup> Em 1 de Agosto de 1767 é publicada uma carta patente do Rei Dom José I nomeando Luiz Pinto de Souza Coutinho para governador e capitão geral da capitania do Mato Grosso<sup>10</sup>, chegando Luiz Pinto à Vila Bela em 2 de janeiro de 1769. Antes de explorarmos o governo de Luiz Pinto, vale nos determos brevemente em alguns elementos de sua biografia, essenciais para entendermos sua escolha para o posto, sua trajetória e rede de relações.

Não há nenhuma biografia completa de Luiz Pinto publicada, encontrando-se os registros de sua existência e trajetória espalhados em documentos de sua própria autoria e verbetes a seu respeito em dicionários históricos, publicados entre o início do XIX e o início do XX, bem como em obras que tratam de temas que o tocam, como seu acervo literário, sua produção poética, e a vida de sua esposa (RATTON, 1813; SILVA, 1860; MARTÍN, 1833; PEREIRA E RODRIGUES, 1906; COSTA, 2012; TOPA, 2001; BORRALHO, 2008).

Segundo Pereira e Rodrigues (1906), Luiz Pinto de Sousa Coutinho, nasceu em Leomil, Portugal, em 27 de novembro de 1735, filho de Alexandre Pinto de Sousa Coutinho, fidalgo cavaleiro da Casa Real e 19º senhor do morgado de Balsemão e de Josefa Mariana Madalena Pereira Coutinho de Vilhena. Educado primariamente em Portugal, “terá frequentado na década de 1750 as aulas e experiências do Padre Teodoro de Almeida<sup>11</sup> na Casa Oratoriana das Necessidades que possuía uma das maiores bibliotecas do país, bem como um pequeno laboratório de física e um telescópio” (COSTA, 2012, p.132). Também segundo Costa (2012, p.132) Luiz Pinto cursou matemática na Universidade de Coimbra, porém, tal fato me parece em disputa visto que seu nome não consta no registro de antigos alunos da Universidade, onde consta, por exemplo, seu filho<sup>12</sup>. Posteriormente, ingressou na vida pública pelo exército, onde chegou a se tornar tenente-coronel de artilharia. Sua participação no exército será um aspecto aparente em todos os momentos de sua trajetória, destacando-se suas

---

<sup>9</sup> AHU-MATO GROSSO, cx. 12, doc. 60

<sup>10</sup> Disponível em AHU\_ACL\_CU\_010, Cx. 13\Doc. 803.

<sup>11</sup> “Teodoro de Almeida (1722-1804), padre da Congregação do Oratório nascido em Lisboa, físico, astrónomo, pedagogo, filósofo e teólogo, é um expoente do Iluminismo Católico em Portugal. A sua principal obra é a *Recreação Filosófica* ou *Diálogo sobre a Filosofia Natural* para instrução de pessoas curiosas, que não frequentarão as aulas (Almeida 1751-1800), um livro pioneiro no panorama da cultura portuguesa não só por ter sido o primeiro onde foi exposta em português a física de Galileu, Descartes e Newton mas também por ter sido o primeiro livro de divulgação científica nessa língua.” FIOLEAIS, C. Os diálogos filosóficos do padre Teodoro de Almeida. *Limite*, vol. 11.1, 2017, pp. 89-110

<sup>12</sup> Registro dos antigos alunos da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=206194>

preocupações com as defesas militares em diversos momentos. Em 1767 é escolhido para assumir o governo da capitania do Mato Grosso, chegando a Vila Bela em 2 de janeiro de 1769. Ao final de 1772, por ocasião de um problema de saúde<sup>13</sup> Luiz Pinto entrega o governo da capitania do Mato Grosso e retorna à Portugal, e já em maio de 1774 torna-se secretário de estado, Enviado Extraordinário da Corte, assumindo a chefia da Legação diplomática portuguesa em Londres, onde permanece até 1788. Durante sua estada em Londres, Luiz Pinto é nomeado *Fellow* da *Royal Society* em 1787, sob a indicação de Joseph Banks<sup>14</sup>.

Após sua longa estada em Londres, Luiz Pinto retorna à Lisboa, onde torna-se Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, refletindo seu intenso empenho nos assuntos militares e na diplomacia. As consequências finais de sua atuação na política externa portuguesa, porém, não chegam a ser por ele conhecidas, tendo Luiz Pinto falecido após grave doença em Lisboa, em 14 de abril de 1804. Antes de falecer, Luiz Pinto recebe de Dom João o título de Visconde de Balsemão. No que tange à sua vida pessoal, Luiz Pinto casa-se em 21 de agosto de 1767, com D. Catarina Micaela de Sousa César de Lencastre, personagem chave para entendermos a inserção do casal nos círculos de sociabilidade londrinos, a partir dos quais Coutinho catapulta sua projeção e prestígio perante a comunidade científica da época.

Para além desses dados biográficos, encontramos desde o século XIX elementos esparsos acerca da vida de Luiz Pinto e de sua personalidade. A obra de Jacome Ratton, elaborando inicialmente uma biografia sucinta de Luiz Pinto referente a sua trajetória política, emite algumas avaliações sobre sua pessoa, notando também sua importância para o desenvolvimento de Portugal. Ratton escreve:

Este Ministro era modesto, affavel, de fácil accesso, boas maneiras, e palavras polidas, de modo que o Conde de Nesselrode, primeiro Ministro, que houve da Rússia junto á Corte de Portugal, e que me foi recommendado por Luiz Pinto, me dice, a primeira vez, que nos avistamos, que ele tinha concebido huma grande idea da Nação Portuguesa pelo trato que tinha tido com Luiz Pinto em Londres. Porem a melhor qualidade que elle tinha era o disinteresse; pois que nunca ouvi, que de seu governo de Matto Grosso, nem dos seus dous Ministérios adquirisse cousa alguma, alem das graças que lhe fez o Soberano; huma das quaes foi o titulo de Visconde com a Grandeza. Com tudo condescendente com alguns indivíduos, que o rodeavão, os quaes, adquirindo grandes fortunas á Sombra deste Ministro, comprometterão de algum modo a reputação da integridade, que possuía. Debaixo do seu Ministério hé que, em 1790, se creou pela Rainha Nossa Senhora Que Deos Guarde a Academia Real de Fortificação, e que da Rússia foi chamado o Coronel

<sup>13</sup> Disponível em AHU\_ACL\_CU\_010, Cx. 16\Doc. 959

<sup>14</sup> Carta de nomeação disponível no Repositório GB 117 The Royal Society, Ref N. EC/1787/01, Título Sousa Coutinho, Luis Pinto de. Disponível em: <https://collections.royalsociety.org/Dserve.exe?dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqDb=Catalog&dsqSearch=RefNo==%27EC%2F1787%2F01%27&dsqCmd=Show.tcl>

Engenheiro Geographo, e Abridor de Cartas Luiz André Dupuy, e o Tenente Coronel Jozé Audiener da Escola das Pontes e Calçadas de Paris para, a construcção das Estradas do Alto Douro. (RATTON, 1813, p.253)

A obra de Ratton parece ter sido a inspiração para a descrição biográfica feita em seguida por Inocêncio da Silva no “Diccionario Bibliographico Portuguez”. No tomo V da obra, Silva cria um verbete para Luiz Pinto que inclui os principais momentos de sua trajetória, mencionando sua educação e os cargos ocupados, porém sem qualquer aprofundamento: “N. a 6 de Novembro de 1735, e m. a 14, de Abril de 1804. Foi Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa; [...] Ácerca de Luiz Pinto, vejo o que diz Ratton nas suas Recordações de pag. 335, a 336.” (SILVA, 1860). Já no tomo 7 de sua obra, quando se refere a uma outra personalidade e suas obras, afirma que Luiz Pinto possui uma “escolhida e numerosa biblioteca” (SILVA, 1860). Já Don José Marugán y Martín, em 1833, afirma ainda que Luiz Pinto

compôs vários escritos luminosos sobre a historia natural das capitancias do Pará e Mato-Grosso quando governador. Este distinguido amante das ciências esteve em correspondência com muitos sábios estrangeiros de primeira ordem, entre eles Lineu; é citado nas obras de Robertson e do Abade Raynal, por ter fornecido noticias importantes a esses famosos historiadores. (MARTÍN, 1833, p.346)

Quase dois séculos após o falecimento de Luiz Pinto, em 2001, Francisco Topa realiza um importante trabalho de publicação de seus poemas inéditos, onde realiza uma introdução sobre o personagem e apresenta uma breve análise de sua produção literária poética, aqui trazida na epígrafe deste e do próximo capítulo. “Contrariando a já secular tendência para condenar ao desprezo e ao esquecimento a quase totalidade da nossa literatura setecentista” (TOPA, 2001, p.7), Francisco Topa traz à vida poemas que permaneceram guardados e manuscritos por mais de 200 anos. Não cabe aqui uma reflexão sobre sua produção poética, ainda que sejam bastante interessantes dois dos poemas produzidos por Luiz Pinto onde ele claramente fala de sua vida no Mato Grosso, em “Filha da Temperança e Mãe do Gosto”, e de sua rede de relações e suas referências intelectuais em “Entregue Somente às Musas” (TOPA, 2001, p. 61, 62 apud COUTINHO, s.d.). Luiz Pinto, como revela Francisco Topa, foi então um entusiasta da literatura, e, pelo conteúdo de seus poemas, um claro entusiasta da literatura clássica e humanista e um representante claro do arcadismo português.

Para além da sua produção própria, Luiz Pinto foi também um colecionador de diferentes obras, tendo sua coleção sido uma das que dá origem ao inventário fundador da Biblioteca Pública Municipal do Porto. À data de sua morte, em 1804, “sua livraria

particular teria mais de 10.000 volumes, entre manuscritos e impressos, constituindo à época uma das maiores bibliotecas privadas em Portugal.” (COSTA, 2012, p.141). Dentre as obras que fazem parte desse acervo, vale destacar algumas que indicam desde já a ampla e diversa rede de relações construída por Luiz Pinto: “Descrizione di varie piante fruti, animali, passeri, pesci, biscie, rasine, altre simili cose che si ritrovano in questa cappitania del Gran Para, li qualli tutte Antonio Landi dedica a sua Exlca. il sigr. Luiggi Pinto de Souza Cavaglieri di Malta, e governatore del Matto Grosso”, uma obra descritiva sobre a história natural do Grão Pará escrita por Antonio Landi, arquiteto e desenhista de História natural da missão de demarcação engendrada pelo Tratado de Madrid (1750); “Diálogos geográficos, cronológicos, políticos e naturais”, dedicado à Luiz Pinto, de José Barbosa de Sá, advogado e cronista brasileiro educado em Coimbra de suma relevância para a história de Cuiabá; um mapa da fronteira entre territórios espanhóis e portugueses elaborado por José Matias de Oliveira Rego a pedido de Luiz Pinto, em 1769; e um mapa da ilha de Santa Catarina, dedicado a ele, sem autoria definida (MEIRELES e CABRAL, 1997).

Júlio Costa (2012) também identifica uma dificuldade, escassez e dispersão de elementos biográficos consistentes sobre Luiz Pinto, ressaltando sua relevância e afirmando que uma obra biográfica sobre ele se justificaria plenamente. Seu artigo faz um apanhado geral sobre a vida de Luiz Pinto e sobre as obras de sua coleção e, se posicionando de forma diferente da historiografia clássica, ressalta sua importância nas relações internacionais do período, e o coloca como importante figura para o estado português, valorizando, sobretudo que Luiz Pinto tinha total noção da “importância da ciência e da sua prática para o progresso das nações procurando fomentar este desígnio no exercício das suas funções governativas.” (COSTA, 2012, p.136). Luiz Pinto, assim, reunia atributos necessários para assumir o posto de governador de uma capitania fronteiriça, possuindo conhecimentos dos assuntos militares, sendo um entusiasta e conhecedor das ciências e alguém bem relacionado na corte. Como bem afirma Costa,

O estrangeirado Luís Pinto de Sousa Coutinho (cerca de 15 anos da sua vida decorreram além fronteiras lusas), com abertura de espírito às ideologias mais progressistas da época, encarna bem o ideário das luzes, acarinhando a ciência (principalmente a história natural) e a pena (poesia), mas não descurando a espada (mais na vertente política e diplomática, do que na militar). (2012, p.139)

Seguindo adiante para a análise do governo de Luiz Pinto, nossa análise neste trabalho se sustenta na leitura do primeiro ofício produzido por Coutinho e direcionado ao Secretário de Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, trazendo

informações e dados sobre a capitania, sendo esse apenas um entre três importantes ofícios que Luiz Pinto envia à corte portuguesa remetendo esse tipo de informações. No segundo ofício<sup>15</sup>, Luiz Pinto apenas corrige alguns dos dados enviados no ofício aqui transcrito<sup>16</sup> e, no último<sup>17</sup>, envia informações e instruções ao seu sucessor sobre o estado da capitania, fornecendo dados de fazendo e populacionais, levantando hipóteses sobre possíveis sucessos e insucessos econômicos da capitania, bem como dos problemas e riscos enfrentados quanto aos Espanhóis, indígenas, quilombolas e jesuítas. O ofício que será aqui analisado, sendo o primeiro e o mais rico entre os três, encontra-se em meio a diversos outros documentos, cartas, relatos, ofícios e relatórios provenientes de todos os pontos do Império, produzidos por “indivíduos de várias proveniências, com diferentes formações, exercendo as mais diversas funções e dotados de objetivos diferentes” que “enviavam aos órgãos da administração central sediada em Lisboa informações sobre os mais variados assuntos” e que “criaram e sustentaram uma rede de informação que permitiu ao Estado português setecentista conhecer de forma mais aprofundada e precisa os seus domínios” contribuindo para o conhecimento global do território dominado (DOMINGUES, 2001, p.824-825).

Escolhemos este documento por representar uma espécie de lugar de transmissão de conhecimento científico sobre a região do Mato Grosso. Foi escrito no início do governo de Luiz Pinto, precisamente em de 20 de janeiro de 1769, de Vila Bela e tem como objetivo oferecer informações detalhadas sobre a região. Luiz Pinto envia através desse ofício as mais importantes informações demandadas para o conhecimento e domínio dos territórios coloniais, pintando, por meio de suas palavras, um quadro cientificamente construído para que a metrópole visualize seus distantes territórios. Logo no início de sua correspondência esses objetivos ficam claros:

Julgando ser indispensável da minha obrigação por presença de sua Magestade<sup>18</sup> huma notícia mais circunstanciada, tanto da navegação do Rio Madeira, como dos mais que se unem; e juntamente, hum conhecimento das observações, que durante a minha viagem tive ocasião de fazer, a respeito das latitudes dos lugares, da direção geral dos mesmos

---

<sup>15</sup> OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso], Luís Pinto de Sousa Coutinho ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que corrige erros geográficos e astronômicos, contidos na carta de 20 de janeiro, sobre a viagem que fez pelo Madeira até chega ao Forte de Bragança. Anexo: Correções sobre a viagem do Madeira até o Forte da Conceição. AHU\_ACL\_CU\_010, Cx. 14\Doc. 848. 1769, junho, 13

<sup>16</sup> Transcrição completa disponível no anexo desse trabalho.

<sup>17</sup> OFÍCIO de Luis Pinto de Sousa Coutinho [capitão general e governador da capitania do Mato Grosso cessante] ao [secretário de estado e ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre a tomada de posse do novo governador e as memórias com que instruiu seu sucessor. Anexo: cópia de ofício e memórias sobre a capitania. AHU\_ACL\_CU\_010, Cx. 16\Doc. 1002. 1772, dezembro, 25

<sup>18</sup> As abreviações originais foram transcritas pelas palavras completas

rios, enfim da cuitação, produções, e mais ventages do pais; participo a Vossa Excelência as reflexões seguintes, que compreendendo estes diferentes objetos, podem lançar alguma luz, sobre huma matéria ainda tam nova, e que requer um individual conhecimento. (COUTINHO, 1769, p.1).

A partir das sugestões e reflexões de Ermelinda Pataca, é possível caracterizarmos a viagem registrada no ofício de Luiz Pinto, ainda que sem grande precisão, já que não há como sabermos quem participou de tal viagem nem se ela obedeceu a alguma orientação do estado português ou de alguma instituição científica, ainda que ela exhiba claramente o uso de instrumentos científicos e inclua os diferentes elementos envolvidos nesse tipo de viagem. Pataca, que traz uma definição portuguesa do século XVIII das viagens filosóficas como “a viagem nenhuma outra cousa he mais que huma exacta observação dos paizes”, nos permite então identificar, na intenção de prestar uma notícia mais circunstanciada e um conhecimento das observações do pais, a realização de uma viagem deste tipo por parte de Luiz Pinto, que resulta no ofício aqui citado (PATACA, 2006, p.9 apud COSTA E SÁ, 1783, p.1).

Tais viagens, atendendo tanto a interesses próprios, conforme veremos mais adiante, quanto aos interesses do estado, possuíam como itens a serem investigados a “situação geográfica, hidrografia, tipo de terreno (estudo dos solos), a forma das montanhas (indicando seus produtos, vales e utilidades), e por fim os produtos dos Reinos animal, vegetal e mineral” e a realização de observações “de acordo com o método científico, sistematizado desde o século XVII, de construção dos conceitos científicos através da observação da natureza e experimentação” (PATACA, 2006, p.9). No caso de Luiz Pinto é também possível observar essa viagem da qual ele dá notícia como uma “viagem política”, na qual “o viajante deveria concentrar-se na averiguação das características dos cidadãos (número, gênio, índole, etc) [...] na agricultura, nos transportes e no comércio.”, o que é marcado sobretudo pelo fato de Luiz Pinto ser não apenas um explorador, mas um governador de capitania, designado a tomar medidas referentes à economia, à sociedade e aos assuntos militares (PATACA, 2006, p.10).

O que observaremos no ofício de Luiz Pinto é então um registro, feito com o objetivo de pintar a tela mato-grossense à metrópole com a maior precisão possível. Dessa forma, a própria abertura desse longo ofício de Luiz Pinto revela que suas observações do território mato-grossense não são meras descrições daquilo que os olhos podem ver. Já nessa abertura do ofício, a menção às “latitudes dos lugares”, mais adiante combinada também a longitude, nos indica que Luiz Pinto possui o domínio de técnicas e do uso de

certos instrumentos que permitem que esse “homem de estado” forneça também conhecimentos científicos acerca do lugar. Apesar de não sabermos se estava acompanhado de “engenheiros-cartógrafos, matemáticos-astrônomos e naturalistas” o próprio Luiz Pinto, pelo que observamos em sua biografia e conforme demonstrado pela escrita do ofício, reunia conhecimentos da matemática, da geografia, da história natural e da botânica (PATACA, 2006, p.13). A ausência de um corpo técnico especializado, o que passa a ser mais comum após a década de 1780, se torna clara ao observarmos, por exemplo, que nenhum desenho é encaminhado junto ao ofício, e, sendo assim, é com as palavras e dados que Luiz Pinto precisa pintar a imagem da região.

O domínio das técnicas de observação e medições por parte de Luiz Pinto é encontrado de forma bastante clara no ofício enviado em janeiro de 1769 e vem acompanhada de observações de ordem social e política, sobretudo sobre os grupos indígenas, a defesa do território contra os castelhanos e as possibilidades de comércio. Como mencionado, a ciência que se constrói nesse período tem como objetivo o controle, o domínio e a exploração dos territórios e da natureza e, assim, no relato de Luiz Pinto, vemos a justificação de suas observações de ordem sócio-políticas por meio de provas materiais, criadas justamente pelo domínio das técnicas de observação e medição. Como afirma Neil Safier, é necessário, para que os futuros leitores acreditem no relato feito, que esse possua dados físicos e geográficos precisos que justifiquem qualquer observação que demande a atuação ou interesse da coroa portuguesa (SAFIER, 2005, p.97). Vemos a seguir como esses dois conjuntos de informações, técnicas, marcadas pela medida da latitude e longitude, larguras de rios, vazões e temperatura, e observações de cunho sócio-político, se alternam, revelando o caráter utilitário dessa produção de conhecimento:

O Rio da Madeira, que dezagua na margem austral do Amazonas pelo rumo de S.S.W. a N.N.E huma 4ª mais a W., em altura de 3°-20''-0'' de latitude meridional e de 318°=32''-49'' de longitude: Atravessa sem quazi diferença sencível na largura, hum vastíssimo pais todo plano, por espasso 167 Legoas de curso desde a sua boca até a primeira Caxoeira. As suas margens, abitadas de hum outro lado pelos Muras, nação até agora indomável, são pella maior parte elevadas; *abundantes em cacau: o terreno, he mais próprio de qualquer estabelecimento, sucativel, não só de toda a cultura mas de huma vasta povoação.* E ainda que os terrores de que se achao possuídos os navegantes, façao subir o número de gentio a huma soma emenssa; contudo, os vestígios que se incontrarão na viagem não poderão persuadirme, de que aquela nação podesse ser tam numeroza, como supoem o mesmo julgo: de sorte, que, extendendose os novos estabelecimentos pelas margens daquele Rio; não acho dificultoso o extinguilá, ou puderem-se descobrir com o tempo, ainda alguns meios de domala. (COUTINHO, 1769, p.1)

Os únicos que por este lado [margem ocidental] desagoam no Madeira, de mais algum apresso, por serem em vario tempo navegáveis; são os Giparanã e Jamari: distantes 11 leguas um do outro e o ultimo, 9 leguas da primeira Caxoeira. Ambos eles, trazem o seu

curso com huma mesma direção: confluindo um coutro no Madeira pelos rumos de S.S.E a N.N.W. A navegação destes dois rios, nos tem sido até aqui desconhecida: sendo muito para refletir, de que avendo-se descoberto há poucos tempos, em pequena distancia dos morros da Fortaleza da Conceição, um novo Rio, que mostra ser navegável, e proseguir na direção do mesmo rumo; à já talvez de ser, aquele mesmo que com o nome de Jamari; van desembocar ao Madeira: não recebendo este rio, pela sua margem oriental, outro algum, com o qual se possa equivocar no meu conceito. Se esta comjetura pudesse receber mais algum grau de probabilidade; achando-se o mesmo rio navegável em toda a sua extensão, como parese; seria mui verosimil, que discorrendo por detrás da cordilheira até chegar as Caxoeiras; ouvesse de não ter embaraços no seu curso para poder facilitar estes domínios na ocasião de enchentes huma navegação não só mais prompta, mas ao mesmo tempo mais segura. (COUTINHO, 1769, p.2-3)

A caxoeira do salto que na sua ordem he a segunda deste rio; he nam só das mais famozas entre todas mas também das mais próprias para hum novo estabelecimento. A abundancia de peixe que nella se pesca em todo o tempo além de sustentar aos moradores, deve utelizalas ainda com o comercio de peixe seco que podem vender aos comboieiros. P.4 Todo este terreno hé abundante em produsoins de cacau, salssa baunilha, Jalapa, contra erva, Burua rezina de assafetida; e outras muitas drogas medicinaes; de que se podia fazer hum bom comercio sendo este pais povoado. (idem, p.6)

As vezinhancas do Jamarí, já e um dos sítios mais proporcionados para qualquer estabelecimento: não e só por se achar perto da primeira caxoeira e puder deste modo facilitar a navegação dos comboieiros; mas pella grande abundancia de peixe de que goza para sua subsistência; e do inumerável cacau, e azeite de tartaruga, que se podia fabricar naqueles sítios: cujas praias, com o nome de Tamanduá, sam huns das mais abundantes que se conhecem para se estabelecer hum comercio deste genero.

A boca do Jamarí fica em  $9^{\circ}=8'=""=30''$  de latitude meridional: a primeira caxoeira em  $9^{\circ}=29'=""=30''$  da mesma latitude: o terreno principia logo aqui a elevar-se; segundo as observações do thermometro, que no Pará sobre a quazi 30 graus de elevação. Já neste sitio se observao 4 pulgadas e meia de diferença; decendo o mercúrio a quazi 28 pulgadas e meia no seu tubo: desorte, que segundo a hipótese de Alr Bourges, fica determinada desta sorte a altura em que se acha a primeira caxoeira, a respeito do nível do mar. (ibidem, p.3)

Aqui encontramos toda a complexidade envolvida em uma viagem de exploração empreendida por um “homem de estado” que é também um homem de ciência na segunda metade do século XVIII. Nesses trechos encontramos observações científicas que não se restringem aos dados técnicos e dados técnicos que não servem para a contemplação ou teorização e sim para apoiar e justificar ações, a exemplo de que não se tenha medo de uma “nação indomável”, pois pelo terreno observado esta não é tão numerosa e, também pelo terreno observado, é possível, criando-se novas povoações de colonos, até mesmo extinguir ou domar aqueles antes considerados indomáveis. Nesses trechos vemos também como a observação da hidrografia e das características do terreno e de sua flora e fauna levam Luiz Pinto a mapear os melhores e mais seguros caminhos para a navegação na região, meio indispensável pelo qual não apenas circula todo o comércio da região, mas que é também estratégico para a defesa das povoações, bem como a afirmar que em

determinado local teria sucesso uma povoação e também qualquer cultura agrícola, revelando mais um dos aspectos dessa ciência utilitarista que é sua profunda ligação com as questões comerciais e económicas.

Conforme afirma Masília Gomes, sendo o Mato Grosso um vasto espaço de fronteira, a agricultura, enquanto meio de garantir o povoamento e incentivar o desenvolvimento da região, se torna atividade de estímulo central por parte da Coroa (GOMES, 2010). Assim, as possibilidades de comércio e produção, embasadas pelas observações dos produtos disponíveis e potencial agrícola dos terrenos visitados responde ao objetivo de “incrementar as atividades agrícolas, buscando não só resolver os problemas referentes ao abastecimento de gêneros comestíveis, mas também guarnecer a fronteira em condições permanentes” (GOMES, 2010, p.40). É interessante notar, também, o emprego que faz Luiz Pinto de expressões que se referem a verossimilhança de seu relato, mencionando “conjetura”, “probabilidade”, “verossímil”. Recorrendo sempre ao detalhe, às medições, Luiz Pinto percebe que no ato de descrever há limites narrativos que tornam impossível sempre dar a exata medida para um público longínquo daquilo que ele enquanto realiza essa viagem vê e experimenta (SAFIER, 2005, p.297).

Ainda assim, o recurso aos dados obtidos por meio do uso de instrumentos científicos os quais se tornaram, nesse período, “o sine qua non da facticidade experimental” necessários para validar suas afirmações de conhecimento, tornam suas conjeturas o mais verossímil possível (SAFIER, 2008, p.13). O último trecho nos revela a utilização de instrumentos científicos como o termómetro e possivelmente um quadrante, para a determinação de latitude e longitude, trazendo para os sertões práticas científicas de campo, onde a hipótese previamente levantada por um Almirante Bourges é testada (GESTEIRA et al, 2014).

Ao mesmo tempo, o trecho traz, novamente, com a justificativa das observações hidrográficas, uma previsão do potencial de produção agrícola e pesqueira contribuindo para o estabelecimento do comércio na região. Portanto, há na narrativa de Luiz Pinto uma confluência dos objetivos económicos que sustentam o domínio e conhecimento desses territórios, dos objetivos científicos de comprovar ou refutar hipóteses e do objetivo político, de debater possibilidades de ocupação e domínio dos povos indígenas. Toda a narrativa de Luiz Pinto converge, assim, para construir um “conhecimento global do território”, revelando mais uma vez a impossibilidade de isolarmos a ciência das outras esferas da vida social, pois

Se muitas das ordens e diretivas vinham diretamente de Lisboa, há que atentar que eram os governadores e capitães-generais das diferentes capitanias os representantes da autoridade soberana do rei fidelíssimo no território e loco-tenentes do monarca. Eram ainda eles que tinham um conhecimento imediato do terreno e que controlavam mais rapidamente os acontecimentos que podiam ser determinantes em viagens e observações científicas. Finalmente, cumpria-lhes articular um projeto integrado de colonização e ordenamento territorial, tão mais importante se a área a considerar fosse uma zona de tensão. (DOMINGUES, 2001, p.826)

Para além dessa confluência entre objetivos comerciais, científicos e políticos, encontramos na narração de Luiz Pinto também um elemento que nos remete ao mencionado acima por Ângela Domingues, que se refere justamente a essa necessidade quase imediata de produção de conhecimento para amparar decisões a serem tomadas no curto prazo. Esse aspecto pode ser observado de forma bastante clara quando, por suas observações do terreno e de uma população indígena específica, Luiz Pinto suspeita de uma movimentação recente dos espanhóis que pode, de forma imediata, sufocar regiões coloniais portuguesas e que, portanto, precisa sem demora ser corrigida.

Na 6ª Caxoeira chamada do girau, habitada pelos Pamas [pequena tribo, ou nação de índios sumamente dócil, clara, e bem constituída] he a donde se lançaram os fundamento de huma nova povoação que sua Magestade foi servido mandar e de ficar; p.a sevilização destes gentios: em 9° - 34'' – 12" de latitude meridional. A sua nação, abita nestas parages a margem oriental do rio madeira: tendo fronteiras, pello ocidental, a nacam Caripuum sua inimiga, que se estende pela terra dentro sobre as bordas de hum piqueno rio, que vem dezaguar junto dos Mossinhos: estes índios tem quazi os mesmos costumes: sam docois, bem figurados, francos, trataveis. Muitos deles, tanto de huma como de outra margem; nos vierao falar com muita confianças os últimos, em recompença dos presentes que lhes fizemos, nos deram além das suas consas, huns piquenos retalhos de pano de algodão mui bem tesido com diferentes listas, em tudo semelhante aquelle q os espanhoes costumao fabricar nas suas Missoeins. Estas amostras me fizerao suspeitar, que os ditos índios Caripuum, pudessem ter algum comercio com os castelhanos: e não obstante o pouco conhecimento que se pode alcançar da sua lingoa, a expreção natural dos seus gestos; cassoins, nos indicarão facilmente terem lhe vindo os ditos panos da parte de S.W., para donde apontarão, por vias de outra gente branca como nós. Tudo isso, nos deve advertir, como refletiu já o sobredito Conde de Azambuja, de nam perdermos tempo algúm em reformarem estabelecimentos pella nova parte, sobre huma e outra margem do Madeira; antes que os espanhoes se antecipem: porquanto, chegando a fazer qualquer fundação nas Caxoeiras e a fortificarem nelas algum ponto; perdida fica em hum instante toda a navegação do Pará, emposebelitados quasquer secorros para poderem nunca vir em tempo de guerra, aos domínios desta capitania. (COUTINHO, 1769, p.4-5)

Nessa passagem Luiz Pinto anuncia aquilo que marcará, em termos políticos, sua administração do Mato Grosso no que tange à Coroa portuguesa: caracterizando os índios como passíveis de serem civilizados, Luiz Pinto desconfia que os espanhóis talvez estejam entrando em território português ou se relacionando com grupos indígenas que pertencem, territorialmente, no argumento de Luiz Pinto, à Coroa portuguesa. Nesse caso,

é então preciso, como já observara anteriormente Azambuja, ex-governador da capitania, que se fortifique e crie estabelecimentos portugueses nas duas margens do Rio Madeira, sobre risco de perder a navegação vinda do Pará e, conseqüentemente, a ligação do Mato Grosso com outras regiões coloniais. A preocupação de Luiz Pinto com os vizinhos espanhóis aparece em diversos momentos desse ofício, e, aqui, novamente a coleta de dados a partir das observações feitas com o uso de instrumentos, ampara as preocupações e as sugestões feita pelo Governador e Capitão Geral. Se anteriormente as observações estiveram a serviço das pretensões de ocupar o território e fazê-lo render economicamente, nos trechos a seguir, vemos essas observações, em seus mínimos detalhes técnicos, sendo utilizadas para refutar dados anteriores, alertar sobre problemas nas demarcações de 1750, as quais haviam sido testemunhadas por Azambuja, e sugerir ações para garantir maior segurança do território português.

A barra do Mamoré, ou para melhor dizer, a confluência que este rio faz com o da Madeira; fica em  $11^{\circ}=47''-31''$  de latitude meridional: daqui prosseguindo-se a navegação por aquelle Rio; se deixa á parte ocidental as aguas do mesmo Madeira que parece seguir o rumo e direção de W.S.W. desta parage por diante.

O Mamoré, forma com o sobre dito rio hum ângulo agudo, no termo da sua confluência: mediando entre hum e outro, huma língua de terra ou península: cuja largura vai divergindo, ao passo que se remontao estes rios. Da boca do Madeira, até o termo em que o Mamoré se reúne; se contam 213 legoas de caminho segundo a estimação mais regular: e a direção geral do mesmo rio, calculada pelo produto das somas dos ângulos, das horas e dos rumos; fixar ultimamente no ponto de S.S.W a N. N. E. O Rio da Madeira hé muito maior do que o Mamoré: as suas margens, são férteis e elevadas, as suas aguas, turvas e carregadas de troncos que arranca pela violência do seu curso. [...] Este rio que ninguém tem navegado daqui para sima por mais de 8 dias; nos hé inteiramente desconhecido; assim como a todos geógrafos: os quaes, não tinhao visto estas parages com outros olhos mais do que os dos jesuítas, quando os descreverão. Esses padres, ou fosse por ignorância ou por malicia; confundiram sempre, em tudo quanto escreverão, a verdadeira cuituação destes paizes; de sorte que, senão encontrarão nos seus mapas, mais do que incoherencias e erros. Tal he a forma, por que o rio Madeira se acha confundido com o Mamoré, no grande Mapa da Provincia de Quito dedicado no anno de 1768 ao seu geral Visconti: estampando-se nelle o rio Madeira, formado unicamente pelas aguas dos Rios Mamoré e Guaporé; desde o ponto da sua junçam e marcando-se o termo desta confluencia em 7 graus de latitude meridional. Esta mesma confuzao se foi espalhando por quazi todos os geógrafos de maior nota; taes como [...] Condamine; que também na sua relação do Amazonas, p.132 fala com o mesmo erro a respeito do rio Madeira não sendo nada disso para admirar; avendo todos copiado estas notas sobre o mapa, que os referidos jezuítas derao no tomo 11 das cartas edificantes das provincias de Los Moxos, no anno de 1713. Com igual ignorância se tratou também a mesma matéria por parte das duas coroas de Portugal e Castela; quando no tratado de de lemites, celebrado em Madrid pelo visconde de Villanova da serra e D. Jozé de Carvajal e Lancastro no anno de 1750; se supôs, no art 7º do mesmo tratado, serem os referidos dois rio Mamoré e Guaporé, a que formavao depois da sua junçam, o mesmo Madeira: não obstante, distar este ainda mais de 35 legoas do termo em que os sobreditos rios tem ambos a sua confluência. Suponho que com as mesmas luzes seria a nova corte informada nestas matérias pella relação da viagem, que em virtude das ordens regias se empredeu do Pará para estas minas no anno de 1749, e

que executou o Sargento Mor Luis Fagundes em companhia do piloto Antonio Nunes de Souza; cujos erros no calculo das léguas, na pozitura e descrição das caxoeiras; enfim, até na verdadeira medida das alturas; fazem a dita relação pouco attendivel. A navegação pois, do verdadeiro rio da Madeira, he hum objeto que resta ainda para empreender e mui digno de observar. (COUTINHO, 1769, p.8)

Essas últimas observações de Luiz Pinto não tem como objetivo uma simples refutação, mas vem acompanhada, novamente, de previsões normativas acerca daquilo que ele, enquanto governador da capitania e militar, acredita ser necessário em termos de construção de fortificações e domínio da navegação dos rios. Esse trecho acima, porém, nos traz um elemento que vai além desse nexos conhecimento-dominação e nos fala também acerca dos sujeitos envolvidos nesse processo de construção do conhecimento sobre a América. Luiz Pinto menciona que, segundo suas observações, as verdades históricas assumidas sobre a região estariam incorretas. Essas verdades, construídas sobre um importante nome, La Condamine, apagam um importante aspecto sobre todo esse processo, que já mencionamos anteriormente e exploraremos melhor no capítulo seguinte, que é o papel intermediário que tem diversos personagens para a construção dessa ciência.

Neil Safier, em sua obra “*Mesuring the New World*” explora justamente a viagem na qual La Condamine narra, em uma relação em primeira pessoa, sua jornada pela região amazônica (SAFIER, 2008). Segundo Safier, La Condamine constrói sua narrativa de 1745 “*Relation abrégée d’un voyage fait dans l’intérieur de l’Amerique méridionale*” sem capítulos, em um texto que “flui como o rio descrito”, sem demarcação entre o recontar de sua jornada e a discussão da geografia da região, sua história natural e os costumes e crenças indígenas, de forma que as medidas astronomicas andam lado a lado com histórias místicas de florestas encantadas, mulheres e ouro (SAFIER, 2008, p.58). Safier argumenta que nessa descrição La Condamine apaga qualquer vestígio de que qualquer parte de suas observações não fossem de fato suas “transferindo a posse intelectual da história e geografia da Amazonia de exploradores previos para seu próprio texto. Nesse processo, ele suprimiu as contribuições de jesuítas, creoles e ameríndios igualmente, pintando muito de suas observações locais como suas.” (SAFIER, 2008, p.15).

Conforme mencionamos anteriormente, a produção de conhecimento no final do século XVIII costuma em geral ser atribuída a esses sujeitos europeus exclusivamente, perpetuando visões difusionistas e isolando esses sujeitos em suas viagens. O que vemos no ofício de Luiz Pinto é uma possível comprovação da hipótese que levanta Neil Safier e que já mencionamos anteriormente, que a produção de conhecimento na América é feita

por uma miríade de sujeitos, tanto europeus quanto locais, que ocupam os mais diversos postos e tem os mais diferentes objetivos. No trecho acima, Luiz Pinto, ao querer corrigir o que ele considera serem dados errados, afirma que La Condamine usou dados produzidos por jesuítas em um documento de 1713. Nesse momento, onde a identidade de quem produz o conhecimento é tão importante quanto o conhecimento produzido, tal afirmação de Luiz Pinto provavelmente não teve sequer efeito, possivelmente sequer tendo saído do gabinete do Secretário de Marinha e Ultramar ou do gabinete real português. Ainda assim, seu apontamento é crucial para que, hoje, possamos reescrever essa história da ciência sem apagar esses personagens apagados e esquecidos. Da mesma forma que Safier faz com La Condamine, é necessário tomar certo cuidado também com a narrativa de Luiz Pinto, que, por mais cheia de detalhes que ela seja, inclusive sendo acompanhada de um ofício posterior para corrigir quaisquer imprecisões quanto aos dados de latitude e longitude, também deve dar um sobrevalor a suas observações próprias – a ponto de ele acusar o Tratado de Madrid de estar baseado em informações erradas – criticando textos que possam competir com sua narrativa. É bem possível, assim, que Luiz Pinto, tal como La Condamine, “em nome da autopsia e da observação testemunhal, substitui conhecimento que coletou de outras fontes ao longo de sua jornada”, nunca revelando quem são os outros sujeitos envolvidos nessa construção de conhecimento (SAFIER, 2008, p.59). O papel desses outros sujeitos, portanto, mesmo que não estando explícito no ofício de Luiz Pinto, assim como na relação de La Condamine, não pode ser descartado, sendo a multiplicidade e a diversidade desses sujeitos que produzem conhecimento e contribuem para a construção da ciência moderna um dos mais importantes elementos que precisamos ter em mente ao ler o ofício aqui citado.

Luiz Pinto é ele próprio um sujeito deixado de lado pela História da Ciência até muito pouco tempo, mas sua narrativa também apaga outros sujeitos, como vimos ser prática corrente nessas narrativas. Por fim, é usando essa mistura de argumentos de autoridade com observações científicas que Luiz Pinto busca corrigir erros anteriores, não simplesmente para dizer que estavam errados e ele certo, mas para, novamente, recomendar estratégias de ocupação e domínio do território. O governador encerra então o ofício sugerindo a ação por parte da Coroa, uma ação que poderia beneficiar a capitania do Mato Grosso, conectar as isoladas regiões coloniais e, ao mesmo tempo, evitar a circulação de espanhóis em território português, circulação essa que, por navegação, parece mais difícil de controlar.

Pouco abaixo donde se forma o angulo da junçam, fica hum terreno mais elevado; que devia ser o ponto de que partise a linha de demarcação de L. a O. athe encontrar o Javari: conforme o artigo VIII do referido tratado de lemites. [...] Na ponta do mesmo angulo, he q os espanhoes no tempo de guerra erigiram a sua bateria; que sem duvida incomodariam tanto qualquer secorro do Pará, se acazo os nosso inimigos senao acordassem tam tarde daquela providencia. Para avermos de desconcertar estas medidas, nao temos da nossa parte pozição alguma em a qual possamos situarnos: sendo todo o terreno que lhes fica em frente, pantanozo, e alagado. Por esse motivo, julgo aquela parage mui ventajosa para em todo o tempo nos bloquearem e para nos impedirem o secorros, que devao vir para a Fortaleza: se acazo souberem prevalesses-se a tempo, dos meios que lhes offerese a natureza; e da felicidade com que podem transportar-se athe aqui; desde Santa Crús de La sierra. [...] Assim, tenho a honrra de por unicamente na real prezença de Sua Magestade estas nossoens; para que em todo o tempo aja de constar que eu nao deixei de prevenir os obstaculos que se incontram, para a sigurança e para as vantagens de comercio desta capitania.

Com estas mesmas vistas, hé que me carrego a por ainda na Real prezença do mesmo senhor as consideracoens seguintes: em como, tendo observado, nao aver desde a primeira caxoeira athe o forte da conseiçam mais do que 103 legoas de caminho [não obstante as inmenças curvas que em todo elle descrevem os referidos rios] me parece quizi demonstrado por via de calculo; que se da mesma Fortaleza, consebermos num rumo dado, huma reta que cortase até a primeira Caxoeira; não excederia a sua dimenssam o poduto demais de 40 legoas de caminho. E como já nestas paragens, principiao a descobrirem-se alguns campos e os bosques a serem menos denssos; hera mui verossimel, que os obstaculos nao fossem tao poderozos e se conseguiria facilmente o puder de abrir por terra huma estrada que sem a perda de tantos mezes, e sem os riscos a sima ponderados; ligarse por huma vez, em todo o tempo, o comercio dos estados do Pará com os dominios desta capitania. Tudo isto seria huma empresa que pella sua utilidade eu devese tomar sobre mim mesmo; em que focem necessarias outras ordens: porem achando a esta capitania nao só empenhada, mas athe falta de recurssso; me pareceu emprudencia emprender eu sem ser autorizado huma execucao que devendo ocasionar grandes despezas poderia ficar frustrada por qualquer acontecimento. Porém, nao me podendo despersuadir da sua utilidade, participo a Vossa Excelência esta materia; para que subindo a Real prezença de sua Magestade, o mesmo senhor haja de determinar, o que que julgar mais conforme com o bem do seu servisso. (COUTINHO, 1769, p.13-14)

O que observamos nesse importante ofício enviado por Luiz Pinto em 1769 é como a produção de conhecimento científico sobre a América estava profundamente entrelaçada ao objetivo de dominar esses territórios, explorá-los e defende-los. O governo de Luiz Pinto, que se estende até 1771, é marcado por essa produção de conhecimento, sobretudo no ofício aqui trabalhado, mas também na Instrução que deixa para seu sucessor, onde traz um estado da capitania, recorrendo aos dados sócio-economicos e as possíveis culturas agrícolas e explorações minerais que ele julga serem úteis para a região. Luiz Pinto, como militar, se preocupa em construir uma nova fortaleza, fato que se inicia durante sua gestão inclusive com a escolha de um engenheiro militar italiano, Domenico Sambucetti, marcando sua gestão por constantes preocupações com incursões espanholas no território mato-grossense, bem como com as missões jesuítas, que deveriam ser todas expulsas, e com a formação e conseqüente destruição de quilombos. Nesse panorama, que

não caberá no momento aprofundar, vemos novamente as funções de cientista e funcionário de estado se confundirem, vemos objetivos militares aliados à troca de conhecimento e objetivos pessoais misturados àqueles do estado, conforme ficará mais claro pelas cartas trocadas com Domenico Vandelli durante o período do Mato Grosso.

Construiu-se, portanto, nesse capítulo, uma ciência instrumental, uma ciência que não servia a mera contemplação, e, principalmente, uma ciência cujas fronteiras não estavam ainda bem definidas. Essa ciência experimental não era praticada em um vácuo social, muito pelo contrário, ela promovia encontros imprevisíveis, fosse entre os próprios objetivos e domínios do conhecimento, entre funções profissionais ou entre indivíduos (SAFIER, 2008). Ao medir latitudes e longitudes, temperaturas, vazões e larguras, Luiz Pinto estava “fazendo mensurações no sentido tradicional, mas estava também avaliando e observando de forma bem mais metafórica: ao observar culturas indígenas, ensaiar sobre plantas e minerais e avaliar verdades históricas” (SAFIER, 2008, p.8). Ao mesmo tempo em que observamos essa confluência entre os objetivos científicos, políticos e econômicos na narrativa de Luiz Pinto, observamos também uma narrativa que muito nos fala sobre a ciência experimental que se praticava naquele momento, ciência essa que, como vimos com Bruno Latour, é pedra fundadora da ciência laboratorial moderna.

Sem o acúmulo de informações, feito por meio do uso de instrumentos científicos, não haveria como ter volume suficiente para, a partir das séries, repetições e diferenciações, desenvolver sistemas de classificação dos mundos animal e vegetal que de fato permitiram a exploração ampla da natureza que marca os séculos seguintes. Essa ciência experimental, feita a pedido das Coroas, desenvolvida por obra de funcionários do estado, então, é essencial para compreendermos a construção e consolidação da ciência moderna, e, vale ressaltar, é em si mesma um conhecimento em circulação. Apesar de termos nos focado em uma produção local do conhecimento, é preciso lembrar que ela pressupõe o movimento ao ser destinada à coroa, ao ser desenvolvida com o uso de instrumentos trazidos de produtores diversos, e ao ser referenciada em sujeitos múltiplos, locais e europeus, que se engajaram anteriormente em tarefas semelhantes. Sobretudo, é uma produção local que se articula com o global e está em movimento principalmente por não estar apenas destinada a coroa, conforme veremos a seguir. No capítulo a seguir, trataremos menos da produção de conhecimento e mais de sua circulação, sendo então chave para entendermos essa circulação tanto as correspondências de Luiz Pinto direcionadas a Domenico Vandelli, produzidas ainda no Mato Grosso, quanto o período posterior, onde nos interessa os sujeitos e a rede de relações construída por Coutinho.

### Capítulo 3

## A Circulação do Conhecimento: a rede de relações de Luiz Pinto

*De Aloka o fulvo café  
À âmbula do Mexicano  
Unimos o néctar Chino  
E o fervido Pooleano  
Derramando entre as taças  
O champanha cristalino  
Entoamos ao som das Graças  
Ao Deus do prazer o hino  
Já nas asas da alegria  
O Baile ligeiro se ergue.*

- Entregue Somente às Musas, Luiz Pinto de Souza Coutinho, s.d.

Observamos no capítulo anterior como Luiz Pinto contribui para a produção de conhecimento sobre o Mato Grosso a partir de um ofício no qual relata sua viagem pela região. Até o momento, ecoamos uma perspectiva na qual Luiz Pinto faz parte de uma rede imperial de conhecimentos na qual a produção de conhecimento seria dedicada ao Estado e somente a este (CAMPOS, 2015, p.62). Porém, o que veremos a seguir é como essa rede de produção e circulação de conhecimento é muito mais ampla do que apenas colônia-metrópole, envolvendo não apenas funcionários de estado e estado, mas diversos outros atores, tanto como produtores quanto como destinatários desses conhecimentos.

Como notamos, sobretudo a partir da observação de Neil Saffier sobre um possível apagamento dos sujeitos que contribuem com a construção de relatos de viagem, é possível que desde esse momento inicial Luiz Pinto já estivesse mobilizando suas conexões e rede de relações para a própria construção de seu relato de viagem. No presente capítulo, porém, nos focaremos não na possibilidade de outros sujeitos ocultos no processo inacessíveis nas fontes aqui usadas, mas nos sujeitos com quem Luiz Pinto de fato realiza trocas, envia materiais, quem o influencia e com quem se relaciona, tais como Domenico Vandelli, João Jacinto de Magalhães e Joseph Banks. Aqui, verificaremos como o conceito de agente intermediário nos ajuda a entender essas relações, buscando melhor compreender o papel desempenhado por Luiz Pinto nesse cenário de circulação do conhecimento tão importante para a construção da ciência moderna, onde Estados imperiais, funcionários estatais, instituições científicas e academias de ciência aparecem como atores centrais e onde a ciência se encontra profundamente atrelada não apenas aos interesses imperiais e comerciais como vimos no capítulo anterior, mas também ao colecionismo, aos interesses individuais e aos círculos de sociabilidade do Alto Iluminismo.

Primeiramente, analisaremos então como Luiz Pinto já inicia o desenvolvimento dessa rede e atua como agente intermediário ainda durante o período em que ocupa o governo do Mato Grosso, sobretudo a partir de suas trocas com Domenico Vandelli e Gerard De Visme. Em um segundo momento, partindo da conexão criada com De Visme, analisaremos a atuação intermediária de Luiz Pinto na fase seguinte de sua carreira, em Londres, buscando entender também como essa rede de relações explica sua admissão como *Fellow* da *Royal Society*.

Conforme observamos nos argumentos apresentados por Bruno Latour, é essencial, para que se processe o desenvolvimento da ciência moderna, que haja a acumulação de conhecimentos, realizada por meio de remessas de informações e amostras de forma sistematizada, por meio dos chamados móveis imutáveis, ou seja, objetos e instrumentos que sirvam para essa coleta e acumulação sem que haja qualquer mutação na informação ou produto enviado ao centro metropolitano. Luiz Pinto de Souza Coutinho, enquanto governador do Mato Grosso, foi um desses sujeitos envolvidos nesse processo de coleta, envio e acumulação de conhecimentos, não apenas das informações escritas em papel, como vimos no capítulo anterior, mas também no envio de materiais, ainda que sem sucesso, para um importante correspondente na Europa, Domenico Vandelli.

Vandelli foi um importante naturalista, de origem paduana, responsável pela organização do Jardim Botânico da Ajuda em 1768 e, posteriormente, pelo Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, em 1772. Vandelli era “um homem de ciência, cortesão versátil, próximo da nobreza portuguesa e bem relacionado [...] como Gerard de Visme [...] com muitos naturalistas internacionais como Lineu e Joseph Banks.” (FERREIRA, 2017, p.156). É em sua publicação com o título “*Fasciculus Plantarum, cum novis generibus et speciebus*”, de 1771, que encontramos um importante indício da relevância de Luiz Pinto de Souza Coutinho nesse sistema de produção e circulação do conhecimento: o novo gênero botânico classificado originalmente por Vandelli com o nome de *Balsamona Pinto* (FERREIRA, 2017, p.157). Essa nova planta, classificada por Vandelli, não tem seu nome oriundo de uma homenagem vaga a personagens da época, como a *Brangantia*, em homenagem à casa real de Bragança, ou a *Pombalia Ipecacuanha*, em homenagem ao Marques de Pombal. Seu nome vem do fato do próprio Luiz Pinto ter sido parte do processo de produção e acumulação de conhecimento sobre a flora brasileira, não apenas pelo envio de descrições, mas também pela tentativa de envio de espécimes da flora e da fauna, tentativas essas que acabaram frustradas pelas condições

de transporte. No trecho abaixo, parte de uma correspondência enviada por Luís Pinto à Vandelli, podemos observar justamente a questão da nomenclatura dada por Vandelli ao novo gênero descoberto:

Nada me podia ser mais estimavel, do q a honra de querer apellidar o novo g.<sup>o</sup> com o t.<sup>o</sup> da m.<sup>a</sup> caza: o meu coração nunca conheceu outro interesse mais do q. o da glorea, e a da literatura, não he amenos estimavel: assim dipois de lhe render as devidas graças lhe rogo, que se entre as mais produçoins q. lhe for mandando, se descubrirem novos generos, lhe condecure, ainda pondolhe os nomes seguintes [...] (COUTINHO, 1771)

Luiz Pinto era então um importante correspondente de Vandelli sempre “remetendo-lhe por ambas as direcções alguns pequenos efeitos de estoria nactural, da produção destes Paizes” (PATAÇA, 2006, p.644, apud COUTINHO, 1770). Enviava-lhe, ainda que sem sucesso, diversas amostras de plantas e animais, tanto para Vandelli quanto para Gerard de Visme, comerciante inglês com vasto interesse em botânica e amigo próximo de Joseph Banks:

Por fim pellos ultimos avizos q acabo de saber, sei que de varios caixoins de plantas q remetia a v.m., e p.<sup>a</sup> o S.r de Visme, tudo chegou quebrado, e destruido; e huma coleção de serpentes, e outros Amphibios, que remetia duplicada, tão bem p.<sup>a</sup> V.me, e p.<sup>a</sup> o S.r Vandelli; em duas frasqueiras bem acondicionadas; nem hum só frasco deixou de hir quebrado e vazio, e consequentem.e tudo perdido: não me sendo possivel remetelas em barris, por aqui não a ver torneiras: porem sempre arisco ainda huns caixotinhos de plantas, e algumas sem.es q constarão da notta adjunta, que espere V M.e repartir com o d.or De Visme, na forma q lhe avizo. (COUTINHO, 1771).

PS. Os caixoins de Plantas em q. lhe fallo, não puderão hir, porq a canoa de avizo, he tão piquena q. não acomodo couza alguma: em recompença vão outras coriozid.es muitas p.<sup>a</sup> o gabinete Regio q constão da notta S. As sementes p.<sup>a</sup> M.r De Visme vão a parte; a elle remetidas: e a m.<sup>a</sup> fabulla, e poema hirá em janeiro proximo. (idem)

Além dessas amostras enviadas, Luiz Pinto arriscava-se também na descrição das espécies encontradas, fazendo observações sobre as plantas que encontrava, tanto em relação a seu aspecto morfológico quanto observações mais amplas sobre sua produção e origem.

Pela presente occazião, remeto ao meu correspondente Paulo Jorge hua boceta com a semente da Jalapa, que lha recomendou o S.r Lineo, como tambem a casca de hua planta da produção desta capitania, em algua couza semelhante a quina, a qual produz aqui os mesmos efeitos, tirando as sezoins com felecid.e, para que Vm.ce possa fazer as experiencias que julgar mais proporcionadas. Igualmente remeto a semente de hua especie de Tolipa, que aqui descobri, a qual hé planta de cebola, que da hua flor bastante ingrçada, e ultimamente, a semente de outra arvore de jardim muito agradavel, não só pelos ramalhetes que produz, mas até pelos mesmos graons: mas ainda não fis experiencia se terá algua propriedade que seja útil. (COUTINHO, 1770).

O pimentão, he na realid.e da America, emparte algum produzem tão diferentes especies, so aqui em Mato Grosso, tenho observado 5 ou 6. Este pais tem quazi as mesmas plantas

das antilias; e mui poucas dos q. descreveu os jalquim deixão de aqui aparecer. (COUTINHO, 1771).

Emq.º a Mangaba, tenho descoberto na sua flor hum fenomeno particular; e vem a ser q. tendo o mais parte dellas, 5 estames, e hum pistilo, tem não obstante, muitas flores na mesma arvore 6 estames, e hum pistilo; o que se reconhece em todas as flores composta de 6 laminas; suposto q. o regular he serem 10 ou 5. (idem)

De São Paulo, da Baía pode V. M.e fazer hir as frutas de jaboticba, e do ombú que me gabão m.º, e são pouco conhecidas, a prª he de S. Pulo a outra da Baía: eu aqui os plantei, mas não nacerão.(ibidem).

Assim, vemos pelas correspondências enviadas por Luiz Pinto à Domenico Vandelli novamente a ampla produção de conhecimento e, ainda mais importante, a circulação desse conhecimento. Ao contrário do que argumentam Campos (2015) e Raminelli (2008), a produção de conhecimentos, a escrita científica, a descrição das paisagens, flora e fauna, não eram realizados exclusivamente para o estado português e seu avanço, nem representavam apenas trocas de mercês e privilégio entre o rei e seus súditos. Como afirma Angela Domingues (2006) “se é inegável o peso do controle e da censura portugueses em relação à divulgação de informação sobre [seus] domínios [...] importa igualmente assinalar que qualquer dado obtido sobre esta área geográfica — sob a forma de texto, imagem, carta, objecto, produção natural — era considerado, avaliado, estudado” em “redes que permitiram a circulação consertada e mais ampla de notícias” (p.151-152). Logo, apesar das tentativas de controle das informações produzidas sobre os domínios americanos, o que resultou em diversos trabalhos riquíssimos não serem publicados, as informações e a produção de conhecimento ainda assim encontravam caminhos para ir além da órbita imperial, sobretudo em direção à Inglaterra e sua Royal Society, a qual pertencia Joseph Banks, membro responsável pela admissão de Luiz Pinto em suas fileiras. Certos personagens, então, produziam e punham em circulação conhecimento sobre as Américas, transgredindo e questionando as fronteiras que supostamente cercavam os impérios europeus (LISS, 2009, p.xi). A Royal Society e sua revista, a *Philosophical Transactions*, eram então um dos nós de conexão entre personagens como Coutinho, Vandelli, Visme e Banks:

As *Philosophical Transactions*, editadas desde 1665, destinavam-se a difundir e legitimar junto de uma elite científica nacional e europeia o rigor, civilidade, metodologia e objectividade do trabalho científico e experimental realizado pelos *fellows* e colaboradores da Society. Neste processo, a Royal Society actuava como um centro crítico de recolha de informações, um local a partir do qual se coordenava uma rede constituída por indivíduos actuantes em todas as partes do mundo, interessados em filosofia natural e história natural. (DOMINGUES, 2006, p.156).

A rede de circulação de conhecimento engendrada no final do XVIII então tem diferentes nós que conectam sujeitos e informações: os aparatos imperiais, sobretudo no âmbito das administrações coloniais americanas; as academias de ciência, como a Academia de Ciências de Lisboa e Royal Society; e os territórios coloniais, onde sujeitos oriundos de diversos pontos desses impérios e com objetivos diversos se encontravam e trocavam informações. É exatamente nesse último nó que focaremos no momento, retornando ao Mato Grosso, para observar como, enquanto atuava em posição oficial de governador da capitania do Mato Grosso, produzindo conhecimento supostamente apenas para o engrandecimento do império português, Luiz Pinto de Souza Coutinho na verdade atuava em uma posição de agente intermediário, criando e transformando o conteúdo e os caminhos do conhecimento, agindo como “um tradutor entre dois ou mais mundos, sendo diversas vezes instrumental em definir, objetivar e manter os limites desejados entre esses mundos, influenciando as dinâmicas de poder em jogo e as vezes explorando suas posições para benefício próprio” (LISS, 2009, p.xv). Luiz Pinto, portanto, ocupa esse importante papel em uma vasta rede intercontinental pela qual circulam novos conhecimentos produzidos pelos mais diversos sujeitos e em diferentes lugares do mundo.

É importante notar, também, que os agentes intermediários não são sujeitos apenas de passagem nem apenas operam como meros difusores dos conhecimentos construídos na Europa trazendo-os para a América: são sujeitos que articulam relações entre mundos e culturas muito diversas, tendo seus interesses próprios como mediadores, ao serem capazes de traduzi-los e navegar entre eles (LISS, 2009, p.xiv). Analisando as cartas enviadas por Luiz Pinto à Vandelli temos então acesso a parte dessa rede de sujeitos e instituições, apresentada a nós pelos nomes mencionados, que nos mostra o quão essencial foi o papel de Luiz Pinto nos bastidores da construção dessa ciência iluminista:

Luís Pinto de Souza mantinha correspondentes em diversas regiões da América Portuguesa, pois conhecia vários vegetais de outras capitanias além do Mato Grosso. Ele aclimatava algumas espécies em Mato Grosso com sementes de frutas que chegavam de diversas regiões do Brasil, como a jabuticaba de São Paulo e o Umbú da Bahia. Mas nem sempre estas aclimações funcionavam e os vegetais não chegavam a nascer. De qualquer forma, o governador enviava sementes de várias regiões da América Portuguesa para Domingos Vandelli, e era um elemento chave para o estabelecimento de uma rede de correspondentes do diretor do Museu da Ajuda na América Portuguesa, indicando o que deveria ser requisitado de cada região e as pessoas que poderiam ser correspondentes. (PATACA, 2006, p.46)

Nos trechos abaixo, retirados da transcrição feita por Ermelinda Pataca (2006) das cartas enviadas por Luiz Pinto à Vandelli, veremos tanto a transgressão de limites

imperiais, revelando que essas fronteiras impostas pela metrópole portuguesa eram na verdade porosas quando se tratava das redes forjadas por esses agentes intermediários, deixando atravessar informações, espécimes e livros, quanto a menção a esses outros personagens que compõe essa ampla teia de circulação do conhecimento:

Tenho pedido da *Provincia de Tucuman*, a planta, e a semente do Balsamo do Perú, que se me tem prometido, e em chegando a remeterei a Vm.ce (COUTINHO, 1770 – grifo meu).

Rogo a V.m. que queira *estabelecer correspondencia p<sup>a</sup> o Rio Negro na capitania do Pará, com o R.d<sup>o</sup> Vigareo geral Joze Montteiro de Noronha*, homem do maior talento q. eu tenho conhecido por estas pares: aquella capitania he a mais abundante de todas, em plantas, e produçoins raras; e poderá V. M.ce obter o Pucheri, o Caragirá, o guraraná, o Omiri, e mil outras plantas raras, que athe o presente se achão desconhecidas. (COUTINHO, 1771 - grifo meu).

Do Pará, podem mandar hir tão bem, a planta da sumarouba de *Mr. de Jous sieu*, que ali se conhece com a denominação de Maruparuba, a qual he bem conhecida pelo fizico Allemão daquella cid.e a conhece perfeitam.e; ainda que sendo bom medico, he mui fraco botânico. (idem)

Eu escrevo a S. Ex<sup>a</sup> o S.r *Marquez de Angeija*, e a VM. Rogo lhe queira suplicar a sua proteção, p<sup>a</sup> q. sua Mag.e se digne resgatar-me deste cruel clima, aonde, he impossivel que heu possa rezistir m.<sup>o</sup> tempo, suposto o de ploravel estado de saude em q me acho; com maos olhos, piores ouvidos, sem cabeça nem estomago, na figura de hum esqueleto ambulante, sem mais corpo do q hum ventre intumecido.(ibidem)

com a remessa das sementes, e plantas q. constarão da rellação incluza: dezejando que v.m por me fazer merce, aja de repartir das que vam notadas com as com o meu amigo *M.r de Visme a quem não posso escrever, pelos referidos mott.os*. (COUTINHO, 1771-grifo meu ).

No primeiro trecho apresentado vemos a porosidade das fronteiras entre o Império Português e o Espanhol no que tange a circulação de conhecimento, fronteiras essas que há pouco vimos o quão importante era protegê-las no contexto do Mato Grosso enquanto um antemural, proteção essa que era elemento vital na administração de Luiz Pinto. Por um lado, vimos Luiz Pinto produzindo conhecimento direcionado à Coroa sobre a hidrografia da região com vistas a protegê-la de qualquer incursão espanhola e de evitar que o comércio castelhano se fizesse com indígenas de terras portuguesas. Por outro, vemos no trecho acima como Luiz Pinto mobiliza essa suposta fronteira a seu favor, mantendo correspondência com algum individuo, não especificado, na Provincia de Tucumán, importante região do império espanhol na América do Sul, buscando receber espécimes de uma planta cuja origem é a América Central. Próprio de seu papel de agente intermediário, Luiz Pinto adquire uma “atitude específica de objetividade... uma estrutura particular composta de distância e proximidade, indiferença e envolvimento”

operando no mundo do estado, enquanto administrador da capitania, onde deve não apenas respeitar os limites mas também reforça-los, e no mundo da ciência, onde os limites são apenas obstáculos para a circulação de amostras e conhecimento (LISS, 2009, p.xiv).

Coutinho transita também no mundo europeu das instituições científicas, das burocracias e dos Estados Imperiais, operando, ao mesmo tempo, nos mundos coloniais construídos por sujeitos expatriados e sujeitos locais. Dessa forma, Luiz Pinto pode ser visto nessa categoria de indivíduos que “cruzam escalas, lugares, territórios, se aventuram em espaços com fronteiras incertas ou móveis [...] atravessam formações territoriais clássicas ao jogar com possibilidades e constrangimentos, construindo espaços adaptados a sua atividade, cultivando soluções de continuidade e funcionando através de redes” sendo portanto capaz de, por um lado reforçar defesas militares e denunciar comércios que transgridem limites e, por outro, de criar e usar suas conexões para ignorar esses mesmos limites e fronteiras (LISS, 2009, p.xix).

No segundo trecho, encontramos novamente a rede de relações de Luiz Pinto, com a referência ao Vigário Geral José Monteiro de Noronha, outro personagem que, como Luiz Pinto, produz conhecimento e o faz circular, também sendo capaz de traduzir mundos e atuar enquanto agente intermediário entre diferentes culturas, do colonizador e dos grupos indígenas da região do Pará. José Monteiro produziu, em 1768, o “Roteiro de Viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do Sertão da Província” uma importante obra na qual Noronha “apresenta os indígenas de maneira não homogênea, destacando as particularidades étnicas tanto no aspecto físico quanto nas relações sociais.” (NETO, 2018, p.28). Seu roteiro constrói as informações sobre as regiões pelas quais circulou e nas quais conviveu com grupos indígenas, através da sobreposição de informações colhidas e recebidas, demonstrando sua capacidade de traduzir dois mundos (NETO, 2018). Luiz Pinto então indica a Vandelli que busque se comunicar com José Monteiro de Noronha, revelando uma “interação entre figuras móveis, tomado no amplo sentido do deslocamento cultural, intelectual e disciplinar” e revelando também a miríade de “outras” culturas e tipos de conhecimento que são inclusos, aceitos e postos em contato como resultado dessas interações (LISS, 2009, p.xiv). No trecho seguinte, com a menção a Mr. Jussieu, encontramos novamente um retrato da diversidade de relações na teia de Luiz Pinto. Jussieu, que é Antoine Laurent de Jussieu, foi um médico e botânico francês, professor de botânica do Jardin des Plantes, membro da Academia de Ciências francesa e criador de um sistema de classificação de plantas diferente daquele proposto por Lineu.

Jussieu, apesar de ele próprio não ser um desses sujeitos móveis, tendo tido sua carreira bastante restrita à Paris, é o retrato perfeito do que nos apresenta Bruno Latour: alguém que, no centro europeu, recebe de seus contatos enormes volumes de informações, sendo assim capaz de, por meio da acumulação, desenvolver conhecimento, ao realizar classificações, agrupamentos e análises dentro do restrito espaço de sua coleção.

Portanto, ao observarmos o papel da intermediação, ao olhar para a trajetória de Luiz Pinto para além do conhecimento que ele produz sobre o outro e incluir também o conhecimento produzido por outros diversos que ele põe em circulação, observamos como esse agente intermediário carrega consigo inúmeras possibilidades de redefinir, reconfigurar e reorientar a produção de conhecimento a partir de outras contribuições advindas dos diferentes pontos de sua rede. Essas transações, fosse seguindo um objetivo de engrandecer o império ou de desenvolver a ciência, serviam então tanto para aqueles sujeitos mencionados, que passam a integrar uma rede global, como também para o próprio agente que, instrumentalizando essas conexões muitas vezes as utiliza para benefício próprio. É justamente nesse sentido que, no quarto trecho acima citado, vemos como, após dar à Vandelli uma série de novas possíveis conexões que o auxiliariam a avançar suas pesquisas no campo da botânica, Luiz Pinto também instrumentaliza as conexões que ele sabe que Vandelli possui, pedindo seu favor junto ao Marques de Angeija, alguém que, homenageado por Vandelli com nome de planta, seria possivelmente bastante próximo dele, ao mesmo tempo que era alguém com bom status dentro da corte para pedir favores como a transferência de Luiz Pinto.

Por fim, no último trecho apresentado acima vemos se delinear mais claramente o papel da rede de relações de Luiz Pinto em sua trajetória profissional, com a menção à Gerard de Visme, com quem Luiz Pinto não pode se corresponder por motivos não explicitados, mas que Coutinho mencionara mais de uma vez em suas cartas para Vandelli, conforme vimos nos primeiros trechos apresentados nesse capítulo. Visme era britânico, de origem huguenote, e, em 1746 se mudou para Lisboa. O comerciante tinha notável prestígio na corte portuguesa, tendo sido detentor de monopólio do comércio de diamantes do Brasil entre 1757 e 1761 e de pau-brasil entre 1766 e 1790, e, em sua residência em Lisboa, ostentava jardins e estufas de plantas exóticas (LUCKHURST, 2017). De Visme nos oferece aqui uma janela para entender melhor a admissão de Luiz Pinto na Royal Society em 1787, a partir de um pedido feito pelo próprio Luiz Pinto, assinada por Joseph Banks, mesmo sem que Luiz Pinto houvesse feito qualquer

contribuição científica significativa em termos de publicações científicas, descobertas, ou diários de viagem:

Louis Pinto de Sousa Coutinho, Cavaleiro das ordens de Malta e Cristo, e enviado extraordinário e plenipotenciário de Sua Magestade Fidelíssima a Rainha de Portugal na corte da Grã Bretanha; desejoso de se tornar um membro da Royal Society, nós, cujos nomes estão aqui subscritos, pelo nosso conhecimento pessoal de seu mérito, recomendamos ele como altamente merecedor da honra que requer, e possivelmente se provará um membro de grande valor. Jos Banks; Count de Bruhl; C Blagden; L Dutens; Rd Kirwan; Richard Paul Jodrell; George Staunton; J G King; John Paradise; A Dalrymple (ROYAL SOCIETY, 1787)

Há duas possíveis hipóteses, não excludentes, que explicariam a aceitação de Luiz Pinto de Souza Coutinho como *fellow* da *Royal Society*: a existência de um relacionamento indireto entre Joseph Banks e Luiz Pinto, mediado por Gerard De Visme ou João Jacinto de Magalhães; ou de um relacionamento direto, onde Banks teria agido como um patrono de Coutinho, sustentando sua entrada na Royal Society. No caso de seu relacionamento com De Visme, para quem Coutinho enviava sementes e espécimes de plantas conforme vimos acima, encontramos o fato de que De Visme teria sido um amigo bastante próximo de Joseph Banks, que, assim como Luiz Pinto, também lhe enviava espécimes para suas coleções, porém do outro extremo da América. De Visme:

tinha amplo interesse em aves, botânica e jardins e, apesar de ser 17 anos mais velho que [Joseph] Banks, eles se tornaram amigos próximos. Visme era suficientemente íntimo da família real [...] e exercitava um poder político considerável. Banks afirma que ele possuía um ‘amplo jardim botânico’ e, após seu retorno à Inglaterra, ele enviou algumas plantas americanas para ele, possivelmente de sua coleção de Newfoundland. De Visme, ao mesmo tempo, presenteou Banks com parte de uma coleção de Pernambuco. (LYSAGHT,1971).

Já no caso da relação intermediada por João Jacinto de Magalhães, diferentemente daquela com De Visme que se consolida ainda durante a estada de Luiz Pinto no Mato Grosso, encontramos o principal contato entre os dois após o período de Coutinho no Mato Grosso, quando, na fase seguinte de sua trajetória, Luiz Pinto assume o posto de representante diplomático na Legação Portuguesa em Londres, entre 1774 e 1788. Seguindo tanto essa hipótese quanto a de um relacionamento direto com Joseph Banks, partimos então para investigar esse novo momento da trajetória de Luiz Pinto, analisando brevemente como Luiz Pinto mantém seu papel de agente intermediário durante a ocupação desse posto diplomático.

Após retornar do Mato Grosso em 1772, Luiz Pinto embarca para Londres em maio de 1774, acompanhado de sua esposa grávida, D. Catarina de Lencastre, instalando-se em Londres a partir de julho do mesmo ano (BORRALHO, 2008, p.51). Em Londres,

para além das questões políticas as quais atendia Luiz Pinto na figura de representante diplomático, Luiz Pinto, enquanto sujeito ilustrado, versado nas ciências e com amplo conhecimento não só de diferentes cientistas mas também das necessidades do mundo colonial no que tange ao mapeamento do território, é empregado para uma importante missão relativa à produção de conhecimento sobre a América Portuguesa: comissionar, por ordem da corte, João Jacinto de Magalhães para realizar a compra de instrumentos científicos para o reino, a serem utilizados em missões de demarcação na América Portuguesa, sobretudo aquelas referentes ao Tratado de Santo Ildefonso (GESTEIRA, 2016; MALAQUIAS, 2014). João Jacinto de Magalhães, vale mencionar, era mais um desses sujeitos ilustrados que compunham a rede de relações de Luiz Pinto e que, por sua vez, possuía também uma ampla rede de relações por onde fazia circular conhecimento científico. João Jacinto:

Partiu para França entre 1756 e 1758. Em Paris conheceu Ribeiro Sanches (1699-1783) que se veio a tornar seu amigo para toda a vida. Através de Ribeiro Sanches conheceu alguns dos filósofos mais ilustres da época, passando a conhecer em profundidade os ideais do movimento iluminista. Começou também a aprofundar os seus conhecimentos em Astronomia. [...] em 1763, ano em que chegou a Londres, onde fixou residência. Produziu diversas comunicações sobre Astronomia relativas à divulgação de resultados de observações que lhe eram transmitidos, à divulgação de fenómenos e a informações sobre instrumentos ópticos. Eram-lhe encomendados com frequência instrumentos como lentes, telescópios, máquinas paraláticas, relógios astronómicos, micrómetros, e ele próprio supervisionava a concepção e construção desses instrumentos junto de construtores reconhecidos, como Dollond e Ramsden. Também enviava periódicos, tabelas logarítmicas e cartas para apoio das observações. Em 1772 foi nomeado pelo Board of Navigation para verificar as agulhas de marear dos navios ingleses, tendo ficado a par das técnicas mais avançadas de magnetização de agulhas da época. Muito conhecido como projectista de instrumentos, agia também como disseminador das mais recentes inovações técnicas e científicas. Publicou muitos artigos em periódicos sobre assuntos como a Astronomia, a Medicina, a Física e a Química. Teve um papel muito importante na comunicação científica do seu tempo, estabelecendo uma autêntica rede de correspondentes em toda a Europa. Foi membro de diversas Academias como a Royal Society, a Académie Royale des Sciences de Paris, Academia de S. Petersburgo, Academia Real das Ciências de Lisboa [...]. Publicou artigos em diversos periódicos científicos como as Philosophical Transactions da Royal Society. Enquanto instrumentista propôs alterações e melhoramentos em instrumentos de observação astronómica e náutica como os quartos de círculo (sextantes e octantes ingleses), no círculo de reflexão, no sextante e no relógio de pêndula. Quanto aos instrumentos meteorológicos, propôs melhoramentos em barómetros, termómetros e apresentou um meteorógrafo. Aceitou encomendas de instrumentos científicos para os governos português, espanhol, francês e prussiano. Para Portugal enviou instrumentos que foram usados para a resolução do problema das fronteiras do Brasil entre Portugal e Espanha e ainda para diversas instituições [...] (REIS, 2003).

João Jacinto era, portanto, um exemplar homem de ciência, profundamente imerso nesse mundo e, diferente de Luiz Pinto, era alguém que não misturava suas atividades

àquelas do estado, não tendo ocupado cargos políticos ou realizado viagens às colônias. Luiz Pinto, por outro lado, agindo enquanto intermediário que possuía inserção tanto nesse mundo da ciência quanto no do estado, aparece como a figura que articula as necessidades do estado português às habilidades de João Jacinto, comissionando-o a adquirir os instrumentos matemáticos e astronômicos a serem usados na América. Encontramos em uma carta de Luiz Pinto à Ayres de Sá e Melo, Secretário de Negócios Estrangeiros e da Guerra, de 28 de abril de 1778, disponível na Biblioteca Pública Municipal do Porto, indícios desse processo em que o estado português solicita a Luiz Pinto que providencie a compra dos instrumentos:

O ultimo despacho de V. Exc. De 11 do corrente me trouxe as ordens de Sua Magestade para fazer apromptar sem perda de tempo os Instrumentos Mathematicos, que constavam da Relação adjunta: Logo mandei chamar João Hyacintho de Magalhães, que tem uma correspondência neste género com muitas Academias da Europa e huma reputação bem estabelecida nesta Corte; e pela resposta original que remeto inclusa, ficará V. Exca na certeza das diligencias que se tem empregado; e do tempo que se carece para que tudo se possa concluir com perfeição; pois os grandes obreiros desta corte nada fazem de venda, mas por ordens e commissoens expressas: - Entre os artigos da referida Relação há alguns que carecem de maior explicação para se executarem; o que tudo constará das observaçoens da mesma carta sobre as quaes V. Exc. A se dignará responder-me na primeira ocasião oportuna. (COUTINHO, 1778, p.5-6)

Assim, vemos novamente Luiz Pinto agindo de forma a por em contato dois mundos, sendo capaz de traduzi-los. Luiz Pinto não apenas conhece as habilidades de João Jacinto, como conhece também os instrumentos em questão e a importância vital que tem esses instrumentos para a política colonial, sendo assim um ponto de contato ideal entre ciência e império. Curiosamente, também, o referido assunto sobre a compra desses instrumentos nessas cartas vem no meio de uma troca de informações políticas extremamente sensíveis, referentes à situação das relações entre França e Inglaterra no contexto pós revolução americana, novamente demonstrando esse duplo papel ocupado por Luiz Pinto. Ainda, tal pedido de instrumentos feito pela coroa portuguesa com vistas às missões de demarcação entre o território português e espanhol é seguido de um pedido feito pela coroa espanhola, também a João Jacinto. Luiz Pinto, novamente sendo essa figura capaz de transitar entre as duas esferas e influenciar decisões, informa a Ayres de Sá:

A corte de Madrid mandou no Correio passado outra igual comissão para seis colleçoens de que se aha encarregado o mesmo Magalhães; porém he impossível que se possam completar antes de 7 meses de tempo: nella se pedirão também 6 agulhas de maras, 6 barras magnéticas para retocar as agulhas, dobrado numero de thermometros, 6 barometros, e 6 cadeas de ferro para se medirem as distancias: como alguns destes

artículos não vieram em Relação, V. Exca me determinará se sim ou não se devem comprar. (COUTINHO, 1778, p.8).

Quatorze meses após essa última troca entre Luiz Pinto e Ayres de Sá, João Jacinto de Magalhães envia a Luiz Pinto um detalhado recibo contendo detalhes sobre cada um dos instrumentos pedidos, referindo-se aos valores, descrições e produtores de cada instrumento, tendo esses instrumentos chegado a Lisboa em fevereiro de 1779 e sendo subsequentemente utilizados em diversas empreitadas, dentre elas as demarcações referentes à Santo Idelfonso (MALAQUIAS, 2014, p.104.)<sup>19</sup>.

Assim, a partir da análise do contato entre os dois e do papel desempenhado por Luiz Pinto, é importante ressaltar como tal interação poderia nos ajudar a explicar a admissão de Luiz Pinto na Royal Society: João Jacinto de Magalhães, quando dessa empreitada comissionada por Luiz Pinto, já era membro da Royal Society, tendo sido admitido em 1774. Diferentemente da admissão de Luiz Pinto, aquela de João Jacinto, assinada por apenas 1 membro em comum com a admissão de Luiz Pinto, Joseph Banks, justifica-se por João Jacinto ser “descendente do irmão mais velho do antigo navegador que descobriu o Estreito deste nome, e um membro correspondente da Academia Real de Ciências de Paris, sendo uma pessoa bem familiarizada com diversos ramos do Conhecimento Filosófico, e tendo residido muitos anos na Inglaterra” (ROYAL SOCIETY, 1774). Enquanto a admissão de Luiz Pinto não tem qualquer justificativa além de um vago reconhecimento de mérito, João Jacinto tem mais claramente estabelecido suas razões, para além das quais encontramos de fato a publicação de obras científicas e filosóficas, o que se acentuou ainda mais após o ingresso de João Jacinto na Royal Society.

Dentre essas publicações científicas de João Jacinto, encontramos uma que, vale mencionar, deu origem à presente pesquisa sobre Luiz Pinto, que é a de 1779 intitulada “Description Et Usages Des Instrumens D'astronomie Et De Physique, Faits À Londres, Par Ordre De La Cour De Portugal En 1778, Adressée Dans Une Lettre À Son Excellence M. Louis Pinto De Souza Coutinho”, na qual Magalhães fornece instruções e descrições detalhadas sobre o quarto de círculo enviado no pedido feito por Luiz Pinto, o que reforçaria novamente o papel da relação de Magalhães e Coutinho na admissão de

---

<sup>19</sup> Dentre esses instrumentos, utilizados nas demarcações referentes ao Tratado de Santo Idelfonso, um deles permanece no Brasil até hoje, o quadrante produzido por Jeremiah Sisson, hoje em posse do Museu de Astronomia e Ciências Afins no Rio de Janeiro.

Coutinho à Royal Society, pelas mãos de Joseph Banks. Outro importante elemento a se notar na carta de admissão de Magalhães à Royal Society é a menção ao seu pertencimento à Academia francesa, o que nos leva a nossa segunda hipótese acerca da admissão de Luiz Pinto como fellow da Royal Society, na qual teria havido um relacionamento direto entre Banks e Coutinho, construído no âmbito da cultura de salões do Alto Iluminismo, tendo Banks apoiado o crescimento do prestígio de Coutinho nos círculos científicos pessoalmente.

Segundo Hannah Wills (2019), o final do século XVIII assiste o conflito entre dois diferentes caminhos na cultura do avanço de carreiras científicas com destaque ao ingresso nas academias de ciência: de um lado, o caminho da patronagem, onde a rede de relações e o status social do indivíduo eram determinantes para sua escalada profissional nas carreiras científicas; e, de outro, o nascente caminho do mérito científico, onde as contribuições individuais para o progresso da ciência, sobretudo através das publicações científicas, tem maior valor para a trajetória profissional desses sujeitos. No primeiro caso, exemplifica-se o caso da Royal Society, e no segundo, da Academie des Sciences de Paris. Aqui é interessante notar que, enquanto João Jacinto de Magalhães, que de fato publicou diversas obras científicas, pertence, como membro correspondente, à academia francesa, Luiz Pinto, cuja rede de relações é seu maior forte e que não publicou nenhuma grande obra científica, pertence apenas a Royal Society, tendo sido admitido sob os auspícios de Joseph Banks. Banks, por sua vez, reflete perfeitamente essa cultura de avanço por meio da patronagem, sendo um “expert facilitador ou conector, cujo acesso a uma multitude de comunidades interessadas em sua patronagem, coleções e conhecimento, permitia que ele recomendasse colaboradores e apoiadores para diversos projetos.” (WERRET, 2019, p.426).

Assim como Luiz Pinto, mas com um acesso muito mais vasto que ele e com redes ainda mais globais que se estendiam do que hoje é o Tahiti e Austrália ao Brasil e Canadá, Joseph Banks possuía uma rede a seu dispor que alimentava não apenas sua própria produção de conhecimento, mas de outros sujeitos a ele conectados. Banks, um *gentleman* de origem abastada e que ganhou notoriedade com sua viagem a bordo do *Endeavour* ao lado de James Cook entre 1768 e 1771, operava então não apenas como mais um nó nesse global rede de circulação de conhecimento, mas também como um patrono para que outros membros dessa rede avançassem em suas trajetórias profissionais no mundo científico, sobretudo na área da História Natural (WILLS, 2019). Durante a presidência de Banks, a Royal Society então refletia esse esquema de relações, dando espaço tanto a

figuras que de fato produziam conhecimento científico, quanto a figuras que tivessem a capacidade, financeira e social, de patrocinar o desenvolvimento científico, o que resultou em uma “amálgama de virtuosos, aristocratas e homens de ciência em uma hierarquia informal” (WILLS, 2019, p.486). Luiz Pinto, pelo que vimos em sua trajetória, se encontrava entre essas diferentes categorias, pois, apesar de não possuir publicações científicas, havia sem dúvidas produzido conhecimento sobre o Mato Grosso, sendo também um “virtuoso” poeta bem quisto pelas diferentes cortes e ainda, um aristocrata, cujo título de Visconde coroa uma trajetória de altos cargos no estado português.

É importante mencionar, porém, que seu prestígio nos círculos letrados londrinos talvez não tivesse se alcançado fosse Luiz Pinto solteiro: Dona Catarina Micaela de Souza Lencastre, sua esposa, tem um importante papel nessa trajetória do marido, sendo responsável por transformar sua própria casa em Londres em um desses salões, possivelmente frequentada por Magalhães, Banks, Blagden e diversos outros. Conforme nos traz Norbert Elias (2001) na sociedade inglesa, as chamadas “boas famílias” da aristocracia e da alta burguesia tinham como costume abrir suas casas de forma regular durante a *season* londrina, promovendo encontros, nesses salões: “ali, com inúmeros contatos pessoais, eles constituíam a “boa sociedade” do país, o mercado de opiniões, avaliando-se mutuamente. Assim, nas rodas de divertimentos mundanos, onde misturavam-se os grandes dramas [...] eles elevavam, restringiam ou perdiam seu valor, seu renome, seu prestígio, em sua: suas chances pessoais de poder social.” (ELIAS, 2001, p.113). Nesse contexto, nessa estrutura de prestígio e status social, sujeitos advindos de boas famílias e com muitas posses, como Joseph Banks, operavam, no mundo das ciências na base da patronagem, elevando outros sujeitos, como Charles Blagden, fosse por meio do financiamento, do compartilhamento de coleções e dados ou da admissão na Royal Society (WILLS, 2019). Luiz Pinto, é claro, não era um sujeito de tão poucas posses como Blagden, mas, tanto quanto ele e qualquer outro sujeito que desejava ingressar nos mais altos círculos de prestígio científico e social, dependia também dessa cultura de salão e do cultivo de relações de proteção e patrocínio. Sua produção científica datada do Mato Grosso, ainda que não tivesse sido amplamente divulgada por meio de publicações, fazia parte de um esquema onde as práticas científicas, a exemplo do envio de espécimes ou da descrição e nomeação de plantas segundo a taxonomia de Lineu, servia também para a manutenção “de laços sociais e reconhecimento de relações de proteção, subordinação e homenagem”, como bem observamos nos pedidos de Coutinho para que interferisse junto ao Marques de Angeija em relação ao cargo que ocupava (KURY, 2004, p.116).

No sentido da criação de novos laços e manutenção daqueles já criados, como com Gerard De Visme e Vandelli, Coutinho se apoia no importante papel de Dona Catarina, que, como mulher nesse momento, era responsável por organizar essas atividades domésticas e preparar a casa londrina para receber esses sujeitos, assim como faziam outras mulheres que, nesse momento tem importantes papéis em promover essas relações. Quando chega a Londres, Dona Catarina “se apercebeu do quanto a sua educação havia sido lacunar” em comparação a suas contrapartes inglesas da boa sociedade e, afirma Maria Luisa Borralho, então “tomou a resolução de não aparecer em sociedade durante um ano” pois se preparava em um projeto de “lagarta que se quer borboleta” (PEIXOTO, 2009, p.310 *apud* BORRALHO, 1999, p.216)<sup>20</sup>. D. Catarina então, antes de abrir sua casa a “boa sociedade” londrina, estuda línguas, realiza leituras dos mais célebres autores clássicos e da época, posicionando-se então como alguém capaz de estruturar sua casa enquanto um salão onde seu marido pudesse galgar prestígio. Enquanto poetisa, D. Catarina assim interessa-se não apenas em promover essa sociabilidade de salão para os homens da ciência, mas também para outras figuras letradas e grandes literatos da época, tendo desde seus dias em Portugal, a visita do “que havia de mais distinto no país e dos estrangeiros que vinham a Portugal, e buscavam gozar os encantos de sua conversação” (PEIXOTO, 2009, p.311). Portanto, observamos que é dentro dessa importante estrutura social que são os salões do final do XVIII que Luiz Pinto continua galgando prestígio, culminando com sua admissão como *fellow* da Royal Society, sob a presidência de Joseph Banks, em 1787.

Observamos assim como Luiz Pinto de Souza Coutinho atua como agente intermediário, mediando relações, propondo pontos de contato, alterando fronteiras e limites em seu favor e avançando suas redes em busca de prestígio na comunidade científica, tanto no momento em que está no Mato Grosso quanto em Londres. Nesse primeiro momento, ocupando oficialmente o lugar de um administrador colonial, alguém que deveria se dedicar ao império e somente a ele e que sobrevivia das mercês reais, Coutinho opta por atuar sem os constrangimentos desse mesmo império, ultrapassando as mesmas fronteiras que oficialmente defendia, pondo em circulação conhecimento que não ficaria restrito aos gabinetes do estado e traduzindo o mundo local para sujeitos globais. É sua atuação no Mato Grosso, sobretudo junto à Vandelli e Gerard De Visme,

---

<sup>20</sup> Sobre a vida de D. Catarina ver: BORRALHO, Maria Luísa Malato, “Por acaso hum viajante...”: a vida e a obra de Catarina de Lencastre, 1ª Viscondessa de Balsemão (1749-1824), Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2008.

que o insere em um mapa mais amplo, levando-o a se destacar continuamente mesmo quando já não mais tem acesso a esse mundo colonial local. Na Inglaterra, Luiz Pinto para além de um diplomata preocupado com as questões de estado, se torna alguém bem conectado, que circula no alta sociedade inglesa, expandindo ainda mais seus contatos, a ponto de garantir uma vaga na Royal Society sem ser nem um membro da aristocracia britânica nem alguém com grandes publicações científicas.

A trajetória de Coutinho assim, nos ajuda a redesenhar o mapa do conhecimento, considerando-se que, enquanto “os Impérios ilustrados se focavam nos grandes armazéns, jardins, museus e observatórios da Europa que juntavam vastas acumulações de pilhagens: espécimes, instrumentos e dados com proveniências imperiais e comerciais” essas acumulações dependiam diretamente de sujeitos que, espalhados pelo mundo, cultivavam encontros e agiam como intermediários (LISS, 2009, p.xxiii). Ainda que esses mesmos Impérios esforçassem-se não apenas para apagar esses rastros, “representando-se como orgulhosamente independentes dessa desordem mundana de trocas e circulações locais e tortuosas”, e que, até muito recentemente, a própria História da Ciência reificasse esses apagamentos, focando apenas nos resultados dos laboratórios europeus, nos grandes gênios e nas histórias do acaso, reconstruir as trajetórias de sujeitos como Luiz Pinto olhando para as trocas e mobilidades nos permite então reconstruir a estrutura do conhecimento científico no XVIII, retirando-o da estática e do isolamento perante outras esferas da vida social e dando-lhe maior diversidade (LISS, 2009, p.xxiii).

A ciência do final do XVIII, portanto, conforme vimos anteriormente, não pode ser pensada ignorando os processos de exploração e domínio coloniais, apagando as trocas e a mobilidade dos sujeitos, ou isolando-a das estruturas de sociabilidade próprios da sociedade de corte do Alto Iluminismo, como bem nos revela não apenas a trajetória de Luiz Pinto de Souza Coutinho, mas também de Domenico Vandelli, João Jacinto de Magalhães, Joseph Banks, e muitos outros que, se olharmos para além do resultado de sua produção, sem dúvida enxergaremos múltiplas culturas, interesses, sujeitos e disputas.

## Capítulo 4

### Considerações Finais

Analisamos no presente trabalho como a trajetória e a rede de relações construída por Luiz Pinto de Souza Coutinho, funcionário do Império Português, nos ajuda a entender a construção e consolidação da ciência moderna a partir de perspectivas críticas que desconstroem as noções eurocêntricas e difusionistas sobre essa ciência. Tais perspectivas, apresentadas por autores como Bruno Latour, Kapil Raj, Neil Safier e Angela Domingues, nos apresentaram a visão de uma ciência construída em rede, conectada a outras esferas da vida social como a política e a economia, e possibilitada por meio do trabalho de personagens diversos, não apenas cientistas ou intelectuais, mas também funcionários de estado e populações nativas. A trajetória de Luiz Pinto, assim, nos abriu uma janela para enxergar a ação de um funcionário de estado na produção de conhecimento científico e seu lugar em uma rede de produção e circulação de conhecimento que vai além das fronteiras do Império e dos interesses imperiais.

A trajetória de Luiz Pinto de Souza Coutinho, passando pelo governo da capitania do Mato Grosso, entre 1769 e 1771 e pela chefia da Legação diplomática portuguesa em Londres, entre 1774 e 1788, bem como a rede de relações por ele construída, envolvendo desde outros funcionários de estado até cientistas e naturalistas como Joseph Banks, Domenico Vandelli e João Jacinto de Magalhães, nos permitiu situar esse personagem dentro de uma rede de produção e de circulação de conhecimento no final do XVIII, tanto no que tange ao conhecimento produzido exclusivamente para a coroa portuguesa, em sua tentativa de conhecer para dominar, quanto no conhecimento que circula para além dessas fronteiras, com objetivos diversos, inclusive o do prestígio pessoal e inserção em círculos ilustrados. Sua atuação e trajetória, analisada até o momento a partir de documentos históricos como cartas e ofícios, se dividiu em dois aspectos profundamente conectados, o de alguém que produz conhecimento para uso estatal e de alguém que, por meio de suas conexões, faz também circular esse conhecimento para além das fronteiras estatais, atendendo, sobretudo, a interesses pessoais.

No período em que governa o Mato Grosso encontramos os dois aspectos mencionados, ainda que haja um enfoque maior em seu papel de produtor de conhecimento para o estado português. Nas trocas de cartas e envios de espécimes a Domenico Vandelli, observamos como sua atuação não está restrita somente aos

interesses do estado, mas que é também um agente intermediário, explorando sua posição para benefício próprio e avanço de seus interesses. Em suas correspondências com Vandelli, Luiz Pinto então demonstra seus interesses em produzir e circular conhecimento, desejando nomear uma planta a partir de seu nome, além de mostrar sua capacidade de articulação e diálogo com diversos personagens de diferentes origens, demonstrando a alargada rede de circulação de conhecimento da qual faz parte. Já em seu relato de viagem, produzido logo que chega no Mato Grosso, e nas memórias da capitania, deixada ao seu sucessor, Luiz Pinto fornece, para o governo português, informações diversas sobre a flora, produtos cultiváveis na região, os grupos nativos que encontra, a produção de sal e salitre, a cochonilha, a posição estratégica dos fortes contra os espanhóis, as latitudes, longitudes e descrições dos rios navegáveis entre outras informações, todas embasadas em critérios técnicos, incluindo cartas de correção de latitudes e longitudes, e mencionando conhecimentos prévios sobre a região. É deste período a escrita da ode “Filha da Temperança e Mãe do Gosto”, trazida anteriormente em epígrafe, uma escrita poética que, em formato bastante diferente daquele empregado no ofício enviado à Portugal, também remete aos elementos naturais que cercam o autor, bem como à realidade social da vida nos rincões da colônia portuguesa na América:

Mas, ai, amável Deusa, em vão pertendo/  
 Convidar-te a habitar comigo os reinos/  
 Que cortando as províncias Peruvianas/  
 Terminam o Brasil Fecundo e rico./  
 Aqui tu não encontras as diversas/  
 Cenas das Estações de que te agradas; [...]/  
 Um calor sempre eterno oprime os corpos/  
 E desseca os espíritos que animam/  
 o sangue e dão o tom aos nossos órgãos./  
 Aqui te falta o fresco e grato aspecto/[...]/  
 Uma verdura eterna sempre unida/  
 Fatiga num só ponto os nossos olhos;/  
 É estreito o horizonte, é sufocado,/ Sem  
 haver um só termo que prolongue/  
 Ou fixe com agrada um novo objeto./  
 Tudo são lagos e pantanais tudo,/ Que em vez de receber de Febo a vida,/ Pela acção do calor que os evapora/  
 Corrompem no seu centro as turvas águas./  
 Nas entranhas da terra menos amas/  
 De ver os denegridos africanos/  
 Respirando crepúsculos pestilentos,/ Ir bebendo na mina a áurea morte. (COUTINHO, s.d).

Nessa ode de Luiz Pinto, vemos novamente uma pintura do quadro mato-grossense, agora sem a precisão dos instrumentos e descrições, mas com a profundidade de quem vive as emoções provocadas por um mundo natural tão diferente daquele de sua origem. Coutinho descreve a paisagem pantanosa, plana e verde, descreve a temperatura, que antes vimos medida em um termômetro e aqui sentida na pele, e se refere ao horror do trabalho escravo nas minas de ouro que, respirando ares pestilentos, caminham para a breve morte. Assim, Luiz Pinto nos pinta uma outra imagem do que descreve no ofício

que analisamos previamente, novamente associando elementos da natureza e da sociedade e deixando bastante visível ao leitor aquilo que vê e experimenta.

Já no segundo período de sua trajetória, sua atuação se revelou não mais como produtor de conhecimento, mas como alguém que consolida uma rede de relações com cientistas, naturalistas e outros funcionários de estado e que começa a colher os frutos dessa consolidação. É desse período a epístola “Entregue somente as Musas”, trazida também em epígrafe anteriormente. Nessa obra poética, tanto quanto naquela escrita durante seu período no Mato Grosso, somos instigados a recuperar os diversos elementos que anteriormente observamos por meio de cartas e documentos oficiais.

[..]De Aloka o fulvo café/ À âmbula do Mexicano/Unimos o néctar Chino/ E o fervido Pooleano/ Derramando entre as taças/O champanha cristalino/Entoamos ao som das Graças/ Ao Deus do prazer o hino/Já nas asas da alegria/O Baile ligeiro se ergue/[...]/E tu, ó Volter famoso,/A quem Apolo reparte/A Augusta trompa de Marte/C’o Diadema de Urânia;/Teu estilo majestoso/ C’o grão poder de teu canto/Me faz derramar o pranto/Aos pés da Irmã de Talia./Mas se a Melpómene deixo,/Muitas vezes contemplando/Com Newton no vasto espaço,/Vejo os astros gravitando/No vácuo, presos ao eixo;/Do inglês o justo compasso/Trocar-lhes a Elísia meta/E refrear do cometa/O indómito furor./Já sua mão triunfante/Nos reinos tristes de Eolo/Mede a terra, abaixa o pólo,/Move o orbe e a Lei constante/O demonstra ao Navegante/Mais alto no Equador./E se os húmidos vapores/Orvalham de Íris o manto,/Eu vejo com grato espanto/De Newton as simples cores./Colho num raio o Jacinto,/Noutros louros e as rosas,/Da violeta a cor mimosa/E o cravo de carmim tinto;/Do junquilo a lútea coma/E o doce fruto da China,/De que a bela Aurora toma/O Nácar e a cor sanguínia./Mas quando a mãe da beleza/Dece dos céus radiante,/Quando toda a Natureza/Renace e os esplendores/Dos raios do Sol brilhante;/Quando brotando de amores/No chopo a vida de arrima,/Na verde estação do ano,/Me encanta do Mantuano/[...]/E tu, paz encantadora,/Protestos do meu sossego,/Adeus! Outro novo emprego.../Adeus, ficai-vos embora,/Doçuras da liberdade,/Das Musas glória e juízo;/Vós não valeis um sorriso/Da minha noiva Deidade. (COUTINHO, s.d).

Sem qualquer pretensão de analisar todas as referências feitas nessa epístola, Coutinho deixa transparecer, porém, alguns elementos facilmente reconhecíveis após analisarmos sua trajetória. Possivelmente em referência aos bailes que frequentava nos salões londrinos, Luiz Pinto pinta a imagem de um grupo de indivíduos cosmopolitas, que consomem produtos de diversas origens, que no festejo desses salões cultuam o prazer e veneram os sábios, trazendo referências à Verdade e à Razão, às leis da ciência, aos instrumentos científicos e aos exploradores, dentre os quais muitos, pelo que já vimos, eram conhecidos pessoais de Coutinho. Assim, essa epístola, claramente inserida dentro do arcadismo português, nos ajuda a entender novamente as referências de Luiz Pinto, bem como o importante papel da cultura de salão para as redes de sociabilidade das quais ele faz parte. Ainda, uma referência ao justo compasso inglês e à Jacinto, nos levam ao

importante processo de compra de instrumentos científicos, feita por Luiz Pinto à João Jacinto de Magalhães em nome do estado português, o que havíamos anteriormente observado em correspondências e recibos trocados de forma triangular, entre Ayres de Sá e Mello, Luiz Pinto e João Jacinto. Sua posição de agente intermediário nesse momento Londrino, onde sua rede de relações e o círculo de sociabilidade são essenciais para compreendermos seu papel perante o estado português e sua trajetória, se destaca em relação ao papel de produtor de conhecimento, apresentando, não obstante, uma rica contribuição para a compreensão da circulação do conhecimento no final do século XVIII, principalmente pelos detalhes fornecidos nas fontes relacionadas.

Ao observarmos outros marcos na trajetória de Luiz Pinto, percebemos que sua trajetória ascendente e seu interesse pelas ciências não se encerram na representação londrina e que seu papel de agente intermediário continua de essencial importância para o Reino de Portugal. Ainda durante o período londrino, Luiz Pinto negocia a entrada de Portugal na Liga dos Neutros perante a Revolução Americana ao mesmo tempo em que se corresponde com Thomas Jefferson e, entre 1783 e 1785, é convocado de volta ao Reino para negociar acordos matrimoniais entre as coroas portuguesa e espanhola (COSTA, 2012). Ao retornar à Portugal, em 1788, Luiz Pinto logo assume o prestigioso posto de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, aplicando em seu novo cargo seu interesse e prioridade aos assuntos científicos. Nesse período, Luiz Pinto dá instrução para o financiamento de importante viagem pela Europa de três jovens, dois brasileiros e um português, onde devem aprender sobre física, mineralogia e outras ciências e conhecimentos práticos (MAXWELL, 1999). Dentre esses “protegidos” de Luiz Pinto, está José Bonifácio de Andrada, que vem a se tornar um personagem chave no movimento ilustrado luso-brasileiro e na construção do Império do Brasil. Coutinho torna-se também enfim sócio honorário da Academia de Ciências de Lisboa, e, segundo conta uma memória desta Academia escrita em 1843, é Luiz Pinto “o primeiro que se lembrou de mandar executar no seu paiz operações geodésicas propriamente ditas”, contratando para este fim um Lente Catedrático da Academia Real de Marinha e encarregando-o de “formar a Triangulação Geral do Reino de modo que se tirasse dela a duplicada vantagem de fornecer não só novas bases à teoria da figura da terra, mas principalmente para servir de solido, único e incontestável fundamento à perfeita construção da Carta Geographica do Reino” (ACADEMIA DE CIENCIAS DE LISBOA, 1843, p.7). Para este mesmo fim, relata a mesma memória que Luiz Pinto fez nova compra de instrumentos, dez anos após a compra solicitada por Ayres de Sá, agora

segundo sua própria instrução, encomendando da Inglaterra um “bom Circulo Repetidor de Adams, hum Paralatico do mesmo autor, huma Pendula, e hum Chronometro” e, da França, um “Circulo Repetidor de Lenoir e vários outros instrumentos” (ACADEMIA DE CIENCIAS DE LISBOA, 1843, p.7).

Já no âmbito da sua participação na política externa portuguesa, em 1801, assina, em condição de plenipotenciário da Corte, o Tratado de Badajoz, celebrando a paz entre Portugal e Espanha e França ao fim da Guerra das Laranjas e concedendo o desejo francês de ver os portos portugueses fechados a embarcações britânicas. É também sob seu governo que, em 1790 e com a assinatura da Rainha D. Maria I, é criada a Academia Real de Fortificação e Desenho, além de outras medidas como a reorganização da artilharia e infantaria, e, em 1796, a reformulação dos Estatutos da Academia Real dos Guarda-Marinhas (COSTA, 2012). Em 1801, já com o início dos exercícios militares necessários frente à ameaça francesa, Luiz Pinto passa a administrar apenas a pasta dos Negócios do Reino. Sobre esse período, valeria em trabalho posterior de pesquisa investigar mais profundamente como se dá a participação de Luiz Pinto na criação da Academia, bem como de que forma sua rede de relações pode tê-lo auxiliado, ou não, durante os turbulentos eventos que se seguem a chegada ao poder de Napoleão na França e a conseqüente problemática portuguesa com a Espanha. Luiz Pinto, porém, não acompanhou os desdobramentos de seu posto ministerial, falecendo em 1804. Sua trajetória se encerra, porém, com mais uma coroação de prestígio aos papéis que desempenhou, recebendo, em 1801, do Príncipe Regente Dom João, o título de Visconde de Balsemão.

Luiz Pinto, é, portanto, assim como outros funcionários estatais, exploradores e naturalistas, figura essencial para a mobilização de informações sobre o mundo do além-mar e permite que o distante centro acumule, conheça e domine o longínquo Mato Grosso sem jamais ter lá estado. É também atuando em sua rede de relações que Luiz Pinto contribui para a circulação e divulgação desse conhecimento que ele mesmo coletou ou comissionou outros a coletar, revelando que, apesar de o Império ser o foco principal, ele não é o único receptor dessas informações. A análise que aqui fizemos desses momentos em conjunto permite uma compreensão de sua trajetória enquanto agente intermediário e enquanto produtor de conhecimento, abarcando um foco na circulação que permite entender as contingências e mutações das práticas, dos interesses e do conhecimento (RAJ, 2007, p.20). Pudemos observar assim, a partir da análise das fontes e dessa trajetória, que Luiz Pinto de Souza Coutinho é um dos personagens que nos ajuda a pensar

a consolidação da ciência moderna para além da visão difusionista ou particularista, de que a ciência se desenvolve na Europa por suas condições particulares e se espalha posteriormente para o resto do mundo. O que vemos na trajetória de Luiz Pinto, ecoada em outras muitas trajetórias semelhantes, é a vital importância dos territórios americanos como um “laboratório do mundo”, tornado possível graças a esses funcionários estatais ilustrados que muitas vezes atuavam junto aos nativos ou a elite local, ainda que por vezes escondendo de seus ofícios sua participação, e que tornaram então possível a acumulação de informações nos centros, fosse esse centro Lisboa, Coimbra ou Londres (KURY, 2004; DOMINGUES, 2001). Portanto, trabalhamos aqui com a perspectiva de que as ciências se constituem em diversos espaços e circunstâncias, sendo assim construída fora da torre do castelo e para além do laboratório, feita por leigos e graduados, com a contribuição de pessoas comuns e incomuns, divulgada para conquistar e dominar e para inflar os egos e dar recompensas. É, então, uma ciência feita por muitos, em todos os lugares e construída em rede.

## Referências Bibliográficas

### Lista de Fontes

#### Arquivo Histórico Ultramarino – Disponível no Projeto Resgate Barão do Rio Branco

##### **1769, janeiro, 20, Vila Bela**

COUTINHO, Luiz Pinto de Souza. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso], Luís Pinto de Sousa Coutinho ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que envia notícia mais circunstanciada da navegação do rio Madeira e dos mais que se lhe unem, e um conhecimento das observações que fez durante a sua viagem. AHU\_ACL\_CU\_010, Cx. 13\Doc. 829. Disponível em: < [http://resgate.bn.br:8080/docreader/010\\_MT/6360](http://resgate.bn.br:8080/docreader/010_MT/6360) > Acesso em fev 2018.

##### **1769, Junho, 13, Vila Bela**

COUTINHO, Luiz Pinto de Souza. OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Luís Pinto de Sousa Coutinho ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que corrige erros geográficos e astronômicos, contidos na carta de 20 de Janeiro, sobre a viagem que fez pelo Madeira até chegar ao Forte de Bragança. Anexo: Correções sobre a viagem do Madeira até o Forte da Conceição. AHU\_CU\_010, Cx 14, D. 848. Disponível em: < [http://resgate.bn.br:8080/docreader/010\\_MT/6475](http://resgate.bn.br:8080/docreader/010_MT/6475)> Acesso em mar 2018.

##### **1772, dezembro, 25, Vila Bela**

COUTINHO, Luiz Pinto de Souza. OFICIO de Luis Pinto de Sousa Coutinho [capitão general e governador da capitania do Mato Grosso cessante] ao [secretario de estado e ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre a tomada de posse do novo governador e as memórias com que instruiu seu sucessor. Anexo: cópia de ofício e memórias sobre a capitania. AHU\_ACL\_CU\_010, Cx. 16\Doc. 1002. Disponível em: < [http://resgate.bn.br/docreader/010\\_MT/7612](http://resgate.bn.br/docreader/010_MT/7612)> Acesso em fev 2019.

#### Biblioteca Pública Municipal do Porto

##### **1778, abril, 28, Londres**

COUTINHO, Luiz Pinto de Souza. Carta para Ayres de Sá e Mello. BPMP, Ms.311, No.243.

##### **1778, julho, 14, Londres**

COUTINHO, Luiz Pinto de Souza. Carta para Ayres de Sá e Mello. BPMP, Ms.311, No.261

#### Royal Society – Disponível online em: <<http://royalsociety.org>>

##### **1787, abril, 19, Londres**

ROYAL SOCIETY. Carta de nomeação. Título Sousa Coutinho, Luis Pinto de. Repositório GB 117, Ref N. EC/1787/01. Disponível em: < <https://collections.royalsociety.org/Dserve.exe?dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqDb=Catalog&dsqSearch=RefNo==%27EC%2F1787%2F01%27&dsqCmd=Show.tcl> > Acesso em julho 2018.

**1774, abril, 21, Londres**

ROYAL SOCIETY. Carta de nomeação. Magalhaens, John Hyacinth de. Repositório GB 117, Ref N. EC/1774/01. Disponível em: <<https://collections.royalsociety.org/DServe.exe?dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqDb=Catalog&dsqSearch=RefNo==%27EC%2F1774%2F01%27&dsqCmd=Show.tc>> Acesso em julho 2018.

## **Referências Bibliográficas**

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA. Historia e Memórias da Academia R. das Sciencias de Lisboa. 2ª série. Tomo I. Parte I. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1843.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. **Casa da Ínsua:** Apresentação/Leitura paleográfica. Disponível em: <<http://www.arpdf.df.gov.br/casa-da-insua-2/>> Acesso em 5 de abril 2020.

BORRALHO, Maria Luísa Malato. **“Por acaso hum viajante...”**: a vida e a obra de Catarina de Lencastre, 1ª Viscondessa de Balsemão (1749-1824), Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2008.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. A produção de um território chamado Brasil. In: ANTUNES, Ermelinda Ramos (Org.). **Laboratório do Mundo:** idéias e saberes do século XVIII. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2004, p. 229-243.

CAMPOS, Rafael. CAMPOS, Rafael. Ciência e controle imperial no Mato Grosso português. **Memórias:** Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe Colombiano. Ano 11, nº25, 2015.

CANOVA, Loiva. Antônio Rolim de Moura: Um Ilustrado na Capitania de Mato Grosso. **Coletâneas do nosso tempo**, v.8, n.8, 2008, p.75-86.

CASA DA MEMÓRIA ARNALDO ESTEVÃO DE FIGUEIREDO. **Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de Mato Grosso existentes no Arquivo Histórico Ultramarino.** Lisboa, 1998. Disponível em: <<https://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc010/CU-MatoGrosso.pdf>> Acesso em 25 janeiro 2020.

CASSIRER, Ernst. **A filosofia do iluminismo.** São Paulo: Editora Unicamp, 1997.

CHAVES, Otavio. **Saberes e práticas na fronteira oeste da América portuguesa,** século XVIII. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

COSTA, J. M. R. Alguns livros científicos (sécs. XVI e XVII) no “Inventário” da Livraria dos Viscondes de Balsemão. **Ágora: Estudos Clássicos em Debate**. V.14. n.1, 2012.

COUTINHO, Luiz Pinto de Souza. Filha da Temperança e Mãe do Gosto. BPMP, 1129, P.254-259. S.d. In: TOPA, Francisco. **Poemas dispersos e inéditos de Luís Pinto de Sousa Coutinho**, 1º Visconde de Balsemão. Porto: Edição do Autor, 2000.

COUTINHO, Luiz Pinto de Souza. Entregue Somente às musas. BPMP, 1129, P.212-220. S.d. In: TOPA, Francisco. **Poemas dispersos e inéditos de Luís Pinto de Sousa Coutinho**, 1º Visconde de Balsemão. Porto: Edição do Autor, 2000.

COUTINHO, Luís Pinto de Souza. Carta para Domingos Vandelli sobre a remessa de plantas do Mato Grosso, especialmente a Epicacoanha e pede que o naturalista remeta um desenho da Spigelia. Forte de Bragança em Mato Grosso, 1 de Novembro de 1770. AHMB – CN/S – 55. In: PATACA, Ermelinda Moutinho. **Terra, Água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)**. 698f. 2006. Tese (Doutorado em Geociências). Instituto de Geociências, UNICAMP, Campinas.

COUTINHO, Luís Pinto de Souza. Carta para Domingos Vandelli sobre a remessa de sementes e plantas. Villa Bella, 1 de Junho de 1771. AHMB – CN/S – 57. In: PATACA, Ermelinda Moutinho. **Terra, Água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)**. 698f. 2006. Tese (Doutorado em Geociências). Instituto de Geociências, UNICAMP, Campinas.

COUTINHO, Luís Pinto de Souza. Carta para Domingos Vandelli sobre a remessa de plantas e de elaboração um catálogo plantas. Villa Bella, 1 de Dezembro de 1771. AHMB – CN/B – 93. In: PATACA, Ermelinda Moutinho. **Terra, Água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)**. 698f. 2006. Tese (Doutorado em Geociências). Instituto de Geociências, UNICAMP, Campinas.

DOMINGUES, Angela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, vol. VIII (suplemento), p.823-38, 2001

DOMINGUES, Angela. Notícias do Brasil colonial a imprensa científica e política a serviço das elites (Portugal, Brasil e Inglaterra). **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 35: p.150-174, Jan/Jun 2006.

DOMINGUES, Angela. For the Relief of Man’s State or the Advancement of National Interests? A Percepção Da Natureza Brasileira Ao Serviço Das Nações E Da Humanidade Nos Escritos Dos Viajantes Do Século XVIII. **Diálogos**, v. 14, n. 2, p. 249-271, 2010.

ELIAS, Norbert. Etiqueta e cerimonial: comportamento e mentalidade dos homens como funções da estrutura de poder de sua sociedade. In: ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERNANDES, Luis Henrique. Apresentação. In: **Um governo de Engonços**: metrópole e sertanistas na expansão dos domínios portugueses aos sertões do Cuiabá (1721-1728). Curitiba: Editora Primas, 2015.

FERREIRA, Gustavo Oliveira. A Ciência como estratégia social: as atividades científicas de Domingos Vandelli nas redes clientelares de Portugal 1764-1788. In: ARAÚJO, Ana Cristina; DA FONSECA, Fernando Taveira (orgs.). **A Universidade pombalina**: ciência, território e coleções científicas. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

GESTEIRA, Heloísa Meireles et al (orgs). **Formas do Império**: Ciência, tecnologia e política, séculos XVI-XIX. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2014.

GESTEIRA, Heloísa Meireles. **De Londres para o Rio de Janeiro**: João Jacinto de Magalhães e o deslocamento do Quarto de Círculo, 1777-1787. Anais eletrônicos do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Florianópolis, 16 a 18 de novembro de 2016.

GOMES, Masília Aparecida da Silva. A formação de múltiplas paisagens agrícolas na fronteira oeste. **Revista Territórios e Fronteiras**. v.3, n.2, 2010

JESUS, Nauk Maria de. **O governo local na fronteira oeste**: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 11 (suplemento 1) p.109-29, 2004.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 1997.

LISS, Robert. Introduction. IN: SCHAFFER, Simon et al (eds). **The Brokered World**: go-betweens and global intelligence 1770-1820. Watson Publishing, 2009.

LUCKHURST, Gerald. **Gerard de Visme**: 1755 and all that came afterwards. Disponível em:

<[https://www.bhsportugal.org/uploads/fotos\\_artigos/files/18\\_GerarddeVisme\\_Luckhurst.pdf](https://www.bhsportugal.org/uploads/fotos_artigos/files/18_GerarddeVisme_Luckhurst.pdf)> Acesso em 20 maio 2020.

LYSAGHT, A. M. **Joseph Banks in Newfoundland and Labrador, 1766**: His Diary, Manuscripts, and Collections. Berkeley: University of California Press, 1971.

MALAQUIAS, Isabel Maria. Instrument in Transit: the Santo Ildefonso Treaty and the Brazilian demarcation border. In: GRANATO, M. e LOURENÇO, Marta. (Eds) **Scientific instruments in the History of Science: studies in transfer, use and preservation**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014.

MARTÍN, Don José Marugán Y. **Descripcion Geográfica, Física, Política, Estadística, Literaria del Reino de Portugal y de Los Algarbes, comparado con los principales de Europa**. Madrid: Imprensa Real, 1833.

MAXWELL, K. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: **Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MEIRELES, Maria Adelaide; CABRAL, Luís. Documentos relativos ao Brasil existentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto. **Acervo**, v. 10, nº 1, p. 29-46, jan/jun 1997

NETO, Manuel Domingos. A Espacialidade das Nações Indígenas pela perspectiva do sistema de informação geográfica em História: o caso do Vigário Noronha. In: SULIMAN, Sara; CENTURIÓN, Sara (orgs.). **História Indígena e do Indigenismo na Amazônia**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2018.

PATACA, Ermelinda Moutinho. **Terra, Água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)**. 698f. 2006. Tese (Doutorado em Geociências). Instituto de Geociências, UNICAMP, Campinas.

PEIXOTO, Vera. Alcipe, Nathercia e Tirse: Considerações sobre as luzes no feminino no Portugal de Setecentos. **Polissema**, v.9, p. 298-319, 2009.

PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme. (ed.). **Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico**. Lisboa: João Romano Torres Editor, 1906. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/index.html>> Acesso em 10 março 2019.

RAJ, Kapil. Introduction. In: **Relocating Modern Science: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900**. New York: Pallgrave Macmillan, 2007.

RAJ, Kapil. Beyond Postcolonialism ... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science. **Isis**, Vol. 104, No. 2 (June 2013), pp. 337-347.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância**. São Paulo: Alameda, 2008.

RATTON, Jacome. **Recordações**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1813.

REIS, Fernando. **João Jacinto de Magalhães (1722-1790)**. Instituto Camões: Ciência em Portugal Personagens e Episódios. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p4.html>> Acesso em 1 de junho 2020.

SAFIER, Neil. **Measuring the new world: enlightenment science and South America**. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

SAFIER, Neil. Natureza Narrada: representando o mundo natural nas expedições setecentistas. IN: FURTADO, Junia F (org). **Sons, Formas, Cores e Movimentos na Modernidade Atlântica**. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: ministério da ciência e tecnologia, 2001.

SILVA, Inocêncio Francisco da. **Dicionário Bibliográfico Português**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242735>> Acesso em 20 jul 2018

TOPA, Francisco. **Poemas dispersos e inéditos de Luís Pinto de Sousa Coutinho**, 1º Visconde de Balsemão. Porto: Edição do Autor, 2000

WILLS, Hannah. Joseph Banks and Charles Blagden: cultures of advancement in the scientific worlds of late eighteenth-century London and Paris. **Royal Society Notes and Records**, v.73, p.477–497, 2019.

WERRET, Simon. Introduction: Rethinking Joseph Banks. **Royal Society Notes and Records**, v.73, p. 425–429, 2019.

## Anexo

### Transcrição completa de:

COUTINHO, Luiz Pinto de Souza. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso], Luís Pinto de Sousa Coutinho ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que envia notícia mais circunstanciada da navegação do rio Madeira e dos mais que se lhe unem, e um conhecimento das observações que fez durante a sua viagem. AHU\_ACL\_CU\_010, Cx. 13\Doc. 829. Disponível em: < [http://resgate.bn.br:8080/docreader/010\\_MT/6360](http://resgate.bn.br:8080/docreader/010_MT/6360) > Acesso em fev 2018.

[Pagina 1]

Julgando ser indispensável da minha obrigação por presença de sua Magestade huma noticia mais circunstanciada, tanto da navegação do Rio Madeira, como dos mais que se unem; e juntamente, hum conhecimento das observações, que durante a minha viagem tive ocasião de fazer, a respeito das latitudes dos lugares, da direção geral dos mesmos rios, enfim da cituação, produções, e mais ventages do pais; participo a Vossa Excelência as reflexões seguintes, que compreendendo estes diferentes objetos, podem lançar alguma luz, sobre huma matéria ainda tam nova, e que requer um individual conhecimento.

O Rio da Madeira, que dezagua na margem austral do Amazonas pelo rumo de S.S.W. a N.N.E huma 4<sup>a</sup> mais a W., em altura de 3°-20''-0'' de latitude meridional e de 318°=32''-49'' de longitude: Atravessa sem quazi diferença sencível na largura, hum vastíssimo pais todo plano, por espasso 167 Legoas de curso desde a sua boca até a primeira Caxoeira.

As suas margens, abitadas de hum outro lado pelos Muras, nação até agora indomável, são pella maior parte elevadas; abundantes em cacau: o terreno, he mais próprio de qualquer estabelecimento, sucetivel, não só de toda a cultura mas de huma vasta povoação.

E ainda que os terrores de que se achao possuídos os navegantes, fação subir o número de gentio a huma soma emenssa; contudo, os vestígios que se incontrarão na viagem não poderão persuadirme, de que aquela nação podesse ser tam numeroza, como supoem o mesmo julgo: de sorte, que, extendendose os novos estabelecimentos pelas margens daquele Rio; não acho dificultoso o extinguilá, ou puderem-se descobrir com o tempo, ainda alguns meios de domala.

[Página 2]

Em toda aquela vasta porção de terras, não recebe o Madeira pella sua margem occidental, mais do que um piqueno rio chamado Marmelo que correndo de W.N.W a S.S.E. vem dezaguar junto da vila Murajutuba: e pella oriental, os piquenos Rios Manicurê, que corre de S.S.W. a N. N. E.; o Capaná, que vem de L. co-Uurapirã, que desemboca no referido rumo de S.S.W. Sendo todos, de tam pouca consideração, que apenas merecém deter nome.

Os únicos que por este lado desagoam no Madeira, de mais algum apresso, por serem em vario tempo navegáveis; são os Giparanã e Jamari: distantes 11 leguas um do outro e o ultimo, 9 leguas da primeira Caxoeira.

Ambos eles, trazem o seu curso com huma mesma direção: confluindo um coutro no Madeira pelos rumos de S.S.E a N.N.W

A navegação destes dois rios, nos tem sido até aqui desconhecida: sendo muito para refletir, de que avendo-se descoberto há poucos tempos, em pequena distancia dos morros da Fortaleza da Conceição, um novo Rio, que mostra ser navegável, e proseguir na direção do mesmo rumo; à já talvez de ser, aquele mesmo que com o nome de Jamari; van desembocar ao Madeira: não recebendo este rio, pela sua margem oriental, outro algum, com o qual se possa equivocar no meu conceito.

Se esta comjetura pudesse receber mais algum grau de probabilidade; achando-se o mesmo rio navegável em toda a sua extensão, como parese; seria mui verosimil, que discorrendo por detrás da cordilheira atte Salvar as Caxoeiras; ouvesse de não ter embaraços no seu curso para poder facilitar estes domínios na ocasião de enchentes [Página 3] huma navegação não só mais prompta, mas ao mesmo tempo mais segura.

As vezinhancas do Jamarí, já e um dos sítios mais proporcionados para qualquer estabelecimento: não e só por se achar perto da primeira caxoeira e puder deste modo facilitar a navegação dos comboieiros; mas pella grande abundancia de peixe de que goza para sua subsistência; e do inumerável cacau, e azeite de tartaruga, que se podia fabricar naqueles sítios: cujas praias, com o nome de Tamanduá, sam huns das mais abundantes que se conhecem para se estabelecer hum comercio deste genero.

A boca do Jamari fica em  $9^{\circ}=8''=30''$  de latitude meridional: a primeira caxoeira em  $9^{\circ}=29''=30''$  da mesma latitude: o terreno principia logo aqui a elevar-se; segundo as observações do thermometro, que no Pará sobre a quazi 30 graus de elevação. Já neste sitio se observao 4 pulgadas e meia de diferença; decendo o mercúrio a quazi 28 pulgadas e meia no seu tubo: desorte, que segundo a hipótese de Alr Bourges, fica determinada desta sorte a altura em que se acha a primeira caxoeira, a respeito do nível do mar.

Da primeira caxoeira a VI<sup>a</sup> que he a da barra do Rio Mamoré, são 46 legoas de caminho: gastando-se neste curto espasso, pelo menos o tempo de dois mezes de viagem: tais são os grandes obstáculos que afferecem as mesmas catadupas: desorte que, não obstante a diversa opinião que a respeito se puderem emendar-se, manifestou noutro tempo à corte o Conde de Azambuja, eu reputo este objeto, como huma couza insuperável: não so pello que toca aos impedimentos morais, da falta de gente, necessária para emprender este trabalho; da infinita despeza e tempo que elle requeria; mas ainda pello que respeita aos embaraços físicos que o mesmo terreno apresenta.

[Página 4]

Sendo necessário, não só desfazer inteiramente rochedos consideráveis mas também fixar por huma vez as diferentes direcções que anualmente tomo as correntes: as quais formando canais diversos, à proporcam das agoas e do tempo; fazem huã mudança tam excessiva, quanto hé a altura das enchentes; que muitas vezes chega a exceder a soma de 60 palmos de volume.

De sorte que seria necessário fabricar canaes de legoas, para evitar o encontro dos rochedos; e facilitar desta maneira a navegação, que de outro modo nunca poderia aver sem Ecluzas.

A caxoeira do salto que na sua ordem he a segunda deste rio; he nam só das mais famozas entre todas mas também das mais próprias para hum novo estabelecimento. A abundancia de peixe que nella se pesca em todo o tempo além de sustentar aos moradores, deve utelizalas ainda com o comercio de peixe seco que podem vender aos comboeiros.

Na 6<sup>a</sup> Caxoeira chamada do girau, habitada pelos Pamas [pequena tribo, ou nação de índios sumamente dócil, clara, e bem constituída] he a donde se lançaram os fundamento de huma nova povoação que sua Magestade foi servido mandar e de ficar; p.a sevilização destes gentios: em 9° - 34'' – 12' de latitude meridional. A sua nação, abita nestas parages a margem oriental do rio madeira: tendo fronteiras, pello ocidental, a nacam Caripuum sua inimiga, que se estende pela terra dentro sobre as bordas de hum piqueno rio, que vem dezaguar junto dos Mossinhos: estes índios tem quazi os mesmos costumes: sam doceis, bem figurados, francos, trataveis.

Muitos deles, tanto de huma como de outra margem; nos vierao falar com muita confianças [Página 5] os últimos, em recompença dos presentes que lhes fizemos, nos deram além das suas consas, huns piquenos retalhos de pano de algodão mui bem tesido com diferentes listas, em tudo semelhante aquelle q os espanhoes costumao fabricar nas suas Missoeins. Estas amostras me fizerao suspeitar, que os ditos índios Caripuum,

pudessem ter algum comercio com os castelhanos: e não obstante o pouco conhecimento que se pode alcançar da sua lingua, a expressão natural dos seus gestos; cassoins, nos indicarão facilmente terem lhe vindo os ditos panos da parte de S.W., para donde apontarão, por vias de outra gente branca como nós.

Tudo isso, nos deve advertir, como refletiu já o sobredito conde de Azambuja, de nam perdermos tempo algúm em reformarem estabelecimentos pella nova parte, sobre huma e outra margem do Madeira; antes que os espanhoes se antecipem: porquanto, chegando a fazer qualquer fundação nas Caxoeiras e a fortificarem nelas algum ponto; perdida fica em hum instante toda a navegação do Pará, emposebelitados quasquer secorros para poderem nunca vir em tempo de guerra, aos domínios desta capitania.

Em todo o sobre dito espasso que vai da primeira Caxoeira até a undécima, em que faz barra o rio Marmoré; não recebe o Madr<sup>a</sup> por huma e outra margem, mais do que 3 ou 4 ribeiros; e hum rio semelhante na grandeza ao Jamari, que correndo de puente a nascente, desemboca junto da nona caxoeira chamada a Pederneira, pela margem ocidental do mesmo Madeira.

O terreno em que se achao as caxoeiras, hé pella mayor parte alto, com muitas partes montuozo: por quanto nestas paragens vai prosseguindo no rumo de W.N.W. aquella [Página 6] mesma serrania, que Alr. De La Buache descreve nas suas cartas físicas com o nome de Matto Grosso; a qual serve a ligar a cordilheira do Perû com as outras montanhas do Brazil.

Todo este terreno hé abundante em produsoins de cacau, salssa baunilha, Jalapa, contra erva, Burua rezina de assafetida; e outras muitas drogas medicinaes; de que se podia fazer hum bom comercio sendo este pais povoado.

A barra do Mamoré, ou para melhor dizer, a confluencia que este rio faz com o da Madeira; fica em  $11^{\circ}=47''-31''$  de latitude meridional: daqui prosseguindo-se a navegação por aquelle Rio; se deixa á parte ocidental as aguas do mesmo Madeira que parese seguir o rumo e direção de W.S.W. desta parage por diante.

O Mamoré, forma com o sobre dito rio hum ângulo agudo, no termo da sua confluência: mediando entre hum e outro, huma língua de terra ou península: cuja largura vai divergindo, ao passo que se remontao estes rios.

Da boca do Madeira, até o termo em que o Mamoré se reúne; se contam 213 legoas de caminho segundo a estimação mais regular: e a direcção geral do mesmo rio, calculada pelo produto das somas dos ângulos, das horas e dos rumos; fixar ultimamente no ponto de S.S.W a N. N. E.

O Rio da Madeira hé muito maior do que o Mamoré: as suas margens, são férteis e elevadas, as suas aguas, turvas e carregadas de troncos que arranca pela violência do seu curso.

A velocidade da sua corrente faz reprezar na [Página 7] confluência do Mamoré, as aguas deste rio por mais de huma legoa de distancia. O seu fundo eixcede em varias partes a medida de 37 braças de altura, sigundo as observações que repetidas vezes pratiquei com a ssonda, neste sitio: enfim, a largura da sua aste nesta mesma parage, antes de receber o Mamoré; he de 163 brasas portuguezas, medida geométricamente: e o rumo em que provera prosseguir a sua carreira daqui em diante, hé na direção de W.S.W a E.N.E.

Este rio que ninguém tem navegado daqui para sima por mais de 8 dias; nos hé inteiramente desconhecido; assim como a todos geógrafos: os quaes, não tinhamo visto estas parages com outros olhos mais do que os dos jesuítas, quando os descreverão.

Esses padres, ou fosse por ignorância ou por malicia; confundiram sempre, em tudo quanto escreverão, a verdadeira cituacao destes paizes; de sorte que, senão encontrarão nos seus mapas, mais do que incoherencias e erros. Tal he a forma, por que o rio Madeira se acha confundido com o Mamoré, no grande Mapa da Provincia de Quito dedicado no anno de 1768 ao seu geral Visconti: estampando-se nelle o rio Madeira, formado unicamente pelas aguas dos Rios Mamoré e Guaporé; desde o ponto da sua junçam e marcando-se o termo desta confluncia em 7 graus de latitude meridional.

Esta mesma confuzao se foi espalhando por quazi todos os geógrafos de maior nota; taes como alr. De Lile La Boache, Condamine; que também na sua relação do Amazonas, p.132 fala com o mesmo erro a respeito do rio Madeira não sendo nada disso para admirar; avendo todos copiado estas notas sobre o mapa, que os referidos jezuítas derao no tomo 11 das cartas edificantes das provincias de Los Moxos, no anno de 1713.

Com igual ignorância se tratou também a [Página 8] mesma matéria por parte das duas coroas de Portugal e Castela; quando no tratado de de lemites, celebrado em Madrid pelo visconde de Villanova da serra e D. Jozé de Carvajal e Lancastro no anno de 1750; se supôs, no art 7º do mesmo tratado, serem os referidos dois rio Mamoré e Guaporé, a que formavao depois da sua junçam, o mesmo Madeira: não obstante, distar este ainda mais de 35 legoas do termo em que os sobreditos rios tem ambos a sua confluência. Suponho que com as mesmas luzes seria a nova corte informada nestas matérias pella relação da viagem, que em virtude das ordens regias se empredeu do Pará para estas minas no anno de 1749, e que executou o Sargento Mor Luis Fagundes em companhia do

piloto Antonio Nunes de Souza; cujos erros no calculo das léguas, na poitura e descrição das caxoeiras; enfim, até na verdadeira medida das alturas; fazem a dita relação pouco attendivel.

A navegação pois, do verdadeiro rio da Madeira, he hum objeto que resta ainda para emprender e mui digno de observar. Por huma antiga tradição que aqui existe; se fazia de ser o mesmo rio de vezinhancas das serras de Cusco; e confundir com o Beni, rio qe tao bem sai das ditas serras; e que todos os geógrafos fazem de desembocar no Ucayali na altura de 7 graus de latitude; correndo juntamente com elle do S. ao N. ate se lançar no Amazonas, junto dos cantoins dos Maguas.

Porém alguás pessoas que modernamente tem aqui chegado, depois de averem rezidido alguns annos em La Plata; pertendem ainda oje sustentar as mesmas noticias; sigurando que não so he fabulosa a pertendida junção com o Cayale; mas que o rio Madeira de que [Página 9] se trata he identicamente o mesmo, que o referido Beni; o qual desce lindo das serras de Cusco para a banda de Lapas; passa junto de Ururo, athe chegar a Missoes de Cuxuco, piquena villa a 36 leoas de Lapas. Que daqui, atravessando junto das Missoins de Los Reis, que fora dependentes dos jezuitas e estão situadas entre a peninssula que com o Mamoré forma o mesmo rio; prosseguia ultimamente o seu curso até o termo da sobredita confluência; recebendo nella, na so as aguas do mesmo Mamoré, mas também aquellas do rio Guaporé; que na distancia acima referida se tinham juntado a delle.

Que este rio, logo para cima da barra do Mamoré athe os Reis, tinha algumas caxoeiras; porem que do Reis athe Coxoico, hera inteiramente navegável e de Coroico a Pas tinha seus saltos e cascatas. Se esta descrição hé verdadeira, fica claramente manifesta as facilidades que tem os espanhoes, para se senhorearem deste rio e chegarem athe a confluência do Mamoré: embarcando inteiramente por este caminho os secorros do Para; e inserrando-os tanto pella parte superior como inferior, entre caxoeiras de que nam poderia desembarcar-se facilmente.

Tudo isto, mostra a grande necessidade que temos de prevenilos; lançan do paira aqui as nossas vistas; e emdagamos por huma ves athe donde for possível, a navegação deste rio: nam só para adequermos huma verdadeira noscao da sua poituras, das suas margens e dos seus estabelecimentos; como taoebem, para podermos proporcionar os meios com que devemos precaver nos de qualquer acontecimento para o futuro.

Alem de todas estas circunstancias [Página 10] ocorrem ainda hoje novas rezoins e motivos mais imediatos para senão dever negligenciar esta matéria; que seria hum

objeto de pouca dificuldade, e despeza; no cazo que se inprende-sse: porque, não são aqui ignoradas as diligencias que actualmente fazem os espanhoes para faceleitarem e descobrirem os caminhos que os possam conduzir sem risco, às caxoeiras; e tendo tentado por vezes, alguns descobrimentos, tem ultimamente dado principio a execução deste projecto; procurando abrir hum caminho que comduzindo-os de Coxabanba em direitura ao Mamoré; venha a faselitalrhes dali os secorros e a cominicação com a província de Los Moxos.

Nas diligencias que os espanhoes fizerao para dar principio a esta empresa; descobrirao a 39 legoas de caminho de Cuxabanba, hum rio navegável em tempo de aguas; o qual correndo para a nossa banda, vem desaguar no Mamoré a 3 legoas da sua confluência com o Madeira; junto da caxoeira do Pau grande; e para facilitar a dita navegação contra as hostilidades dos gentios, em hum rio embaralhado e estrito; estão passadas as ordens naquella cidade afim de se estenderem e prolongarem por ali os seus estabelecimentos.

O Mamoré hé tambem hu rio considerável, no lugar em que desagua no Madeira pelos rumos de S.S.E 2ª de S.E a - N.N.W. – 4ª de N. W.

A largura da sua boca he de 44 brassas portuguezas; e o seu fundo geralmente de 15 até 17 – no meio do seu leito.

A direção geral deste rio desde o Madeira até a confluência do Guaporé, hé de S.S.E. a N.N.W e o seu curso no meio desses dois pontos quazi 3 [Página 11] legoas de caminho incluindo nelle 5 caxoeiras.

Assima da caxoeira, as suas margens são pella maior parte alagadas e pantanozas; não recebendo em si o Mamoré em todo o sobredito espasso; mais do que 4 rios pouco concideraveis; 2 pela parte oriental e dois pella banda do poente.

Os primeiros vem da cordilheira que corre em direitura destas minnas na direção de S. Ao N.; avendo-se por vezes descuberto ouro junto das suas margens, que até agora tem sido mui pouco frequentadas por cauza do gentio que nestas partes tem a reputação de valerozo: os ultimos, devem de vir, sem duvida, das montanhas cituadas entre Lapas e Caxabamba.

Em 12° = 28'' = 29'' de latitude austral e 308° - 32'' – 30'' de longitude: he que o Mamoré resebe em si as aguas do Guaporé; rio pouco menos caudelozo e que desemboca niele pello rumo de S. ao N.

Tem o mesmo rio na sua boca mais de 39 brassas de largura e regularmente, por toda a parte, de 8 até 9 braças de fundo.

Subindo o Guapore que he o rio que condus a estas minnas, largamos a parte direita o rio Mamoré; o qual prosegue o seu curso de S.W. a N.E. desde as referidas serras de Caxabanba com o nome do rio grande; até passar vezinho a Santa Crús de la Sierra; e receber mais abaixo no sitio de Lapesca, pella margem ocidental o rio Pirai: com a qual contando aproximadamente de Los Moxos, vem correndo athe a junçam do Guaporé.

Por huma outra margem deste rio, calgu 20[Página 12] legoas terra dentro; he que os jezuitas tinhao fundado as missoins, da referida provincia de Los Moxos: convem a saber; pella margem ocidental a Missao de Caibuá ou exaltação; a Missão de Santa Anna, e a de São Francisco Xavier; alem das outras que com o nome de Santo Ignacio, S. Borja e Los Reis se achao mais internados no sentro da peninsula; e quazi vezinhas pello outro lado as margens da Madeira.

Pella parte oriental do mesmo rio se encontra primeiramente a mição de São Pedro; a da Trindade, e ultimamente a do Loreto; que serve oje de capital á mesma provincia e de residencia aos governadores della; ficando distante de Santa Crús, pouco mais de 8 dias de viagem.

Enfim tem o mesmo Mamoré, na parte em que se une com o Guaporé 47 brassas de largura, e quazi 18 de fundo, conforme as observaçoins que se fizerao.

Pouco abaixo donde se forma o angulo da junçam, fica hum terreno mais elevado; que devia ser o ponto de que partise a linha de demarcação de L. a O. athe encontrar o Javari: conforme o artigo VIII do referido tratado de limites. E desta sorte viria formar aquele terreno huma especie de quadró longo; de que esta parage avia de ser hum dos lados, nocazo, que o Javari conservar outra igual direcção, àquela que se tem observado em sobredito rio.

Na ponta do mesmo angulo, he q os espanhoes no tempo de guerra erigiram a sua bateria; que sem duvida incomodariam tanto qualquer secorro do Pará, se acazo os nosso inimigos senao acordasem tam tarde daquela providencia.

[Página 13]

Para avermos de desconcertar estas medidas, nao temos da nossa parte pozição alguma em a qual possamos situarnos: sendo todo o terreno que lhes fica em frente, pantanozo, e alagado.

Por esse motivo, julgo aquella parage mui ventajaza para em todo o tempo nos bloquearem e para nos empedirem o secorros, que devao vir para a Fortaleza: se acazo souberem prevalesses-se a tempo, dos meios que lhes offerese a natureza; e da felicidade com que podem transportar-se athe aqui; desde Santa Crús de La sierra. Em fim, se a

nulidade do tratado dos limites deve, ou não abstermos, de fazermos naquella sitio algum estabelecimento, o que ha em vertude do mesmo tratado nos hera asinalado como termos: ou se independente delle, nós pertendemos deduzir demais longe o nosso direiro: he couza que me não toca dessor: suposto que, da nossa parte esteja a posse de conservarmos sempre dali para baixo, por huma outra margem, huma navegação privativa.

Assim, tenho a honrra de por unicamente na real presença de Sua Magestade estas nossoens; para que em todo o tempo aja de constar que eu não deixei de prevenir os obstaculos que se incontram, para a sigurança e para as ventagens de comercio desta capitania.

Com estas mesmas vistas, hé que me carrego a por ainda na Real presença do mesmo senhor as consideracoens seguintes: em como, tendo observado, não aver desde a primeira caxoeira até o forte da conseiçam mais do que 103 legoas de caminho [não obstante as inmenças curvas que em todo elle descrevem os referidos rios] me parece quazi demonstrado por via [Página 14] de calculo; que se da mesma Fortaleza, consebermos num rumo dado, huma reta que cortase até a primeira Caxoeira; não excederia a sua dimenssam o poduto demais de 40 legoas de caminho.

E como já nestas paragens, principiao a descobrirem-se alguns campos e os bosques a serem menos denssos; hera mui verossimel, que os obstaculos não fossem tao poderozos e se conseguiria facilmente o poder de abrir por terra huma estrada que sem a perda de tantos mezes, e sem os riscos a sima ponderados; ligarse por huma vez, em todo o tempo, o comercio dos estados do Pará com os dominios desta capitania.

Tudo isto seria huma empresa que pella sua utelidade eu devese tomar sobre mim mesmo; em que focem necessarias outras ordens: porem achando a esta capitania não só empenhada, mas até falta de recurssso; me pareceu emprudencia emprender eu sem ser autorizado huma execucao que devendo ocasionar grandes despezas poderia ficar frustrada por qualquer acontecimento.

Porém, não me podendo despersuadir da sua utelidade, participo a Vossa Excelência esta materia; para que subindo a Real presença de sua Magestade, o mesmo senhor haja de determinar, o que que julgar mais conforme com o bem do seu servisso.

Restame, ultimamente concluir estas memorias referindo a Vossa Excelência, em como da barra do Guaporé até a Fortaleza, ha quazi 20 legoas de caminho pella direção geral de L. S. E a = W. N. W.

As suas margens sam espraiadas [Página 15] e apraziveis : recebendo neste caminho pella parte oriental os dous rios Cautaios a 4 legoas e meia da Fortaleza; e nam chegando pela occidental a receber algum, athe de fronte desse sitio.

Vindo desta sorte, a contarem-se em soma, desde a boca do Madeira athe a sobredita fortaleza 268 leguas de caminho: e a determinar-se a direção geral dos mesmos rios unidos todos em hum só corpo, nos rumos de S.S.W. a N. N. E.

He tudo quanto na ocazio presente, posso participar a Vossa Excelência sobre esta materia, no curto espasso de huma carta: rezervando para outra, a continuação das minhas observações athe esta capital; em cuja viagem fui obrigado a perder o fio demais por cauza das grandes rezoas que desde a fortaleza padesi athe este sitio.

Espero pois, que com o tempo hei por fim dar aquele grau de precisão que dezejava; e sem a qual nao podia chegar dignamente aos pes do trono de Sua Magestade.

Deos g.e a Vossa Excelência m. am. Villa Bela 20 Janeiro 1769

Ilmo Excelentissimo Senhor Xavier de Mendonça Furtado

Luis Pinto de Sousa

[Fim do documento]

